

ATA NÚMERO CINCO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, reuniu, pela quinta vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de dezoito de junho de dois mil e dezanove, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação das atas das sessões de doze e vinte e sete de abril de dois mil e dezanove;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de trinta de abril (Serviço público de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número setenta e dois/dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número noventa e sete/dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro (Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número noventa e oito/dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro (Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cem/dois mil e dezoito, de vinte e oito de novembro (Vias de Comunicação), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e um/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Justiça), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cento e três/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e quatro/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadãos; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e cinco/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Habitação), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e seis/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Gestão do património imobiliário público sem utilização), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e sete/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Estacionamento Público), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e dois/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Cultura), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezassete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e três/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Saúde), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezoito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de trinta de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezanove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número setenta e dois/dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto vinte – Discussão e votação dos documentos relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal, do exercício económico de dois mil e dezoito;-----

-----Ponto vinte e um – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Marta Alexandra Carvalho da Silva, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto vinte e dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento do cargo de direção intermédia a prover na autarquia;-----

-----Ponto vinte e três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE dois, sita em Justamonte, freguesia de Bastuço São João;-----

-----Ponto vinte e quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória na freguesia da Pousa;-----

-----Ponto vinte e cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Barcelos, tendo em vista a sua adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas;-----

-----Ponto vinte e seis – Apresentação da proposta da Câmara Municipal a comunicar a Correção Material da Alteração por Adaptação do PDM ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicada em DRE, em vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, na segunda Série, número cento e oitenta e sete;-----

-----Ponto vinte e sete – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Lauro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Amândio da Costa Maia,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Maria Ribeiro da Silva, Ana Rita da Silva Torre, Andreia Raquel Faria de Castro, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Sofia Martins de Sá, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fernando José Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique Pedro Sousa Roselho, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, Joana de Macedo Garrido Fernandes, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pontes da Silva, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Monteiro da Silva, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Cruz Duarte Cardoso, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria de Fátima Ferreira de Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria de Lurdes da Silva Miranda, Maria Madalena Sequeira Ferreira, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Miguel Machado Martins, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otilia Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Maria da Silva Oliveira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Tomé Francisco Lopes Faria, Toni Melo Fernandes, Vasco André Gomes de Deus Real.-----

-----Faltou o seguinte membro:-----

-----Natalina de Sá.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.-----

-----Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, um cumprimento especial a todos os que nos acompanham via *web*.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Vamos dar início a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Barcelos de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove.-----

-----Antes de iniciarmos os trabalhos, à mesa compete-lhe dar informações ao plenário e, nos termos do artigo setenta e sete, número dois e três, alínea a), da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, compete-me comunicar à Assembleia que recebemos por parte da senhora deputada Beatriz Manuela Silva Maia Lima a informação e o pedido da sua suspensão por um período de cento e noventa dias, o que obriga a comunicação à Assembleia e eventual apreciação por parte da Assembleia. Os serviços de apoio já tiveram o cuidado de solicitar a substituição pelo elemento imediatamente a seguir na lista do grupo municipal pela qual a mesma senhora deputada foi eleita, está a informação prestada ao plenário e obviamente todos me acompanharão no desejo de que a senhora deputada, o mais rapidamente possível, se torne a juntar a nós e que os seus problemas de saúde estejam resolvidos.-----

-----Ultrapassada esta informação, e também antes do início dos trabalhos, de acordo com aquilo que foi consensualmente decidido na reunião com os líderes com assento nesta Assembleia Municipal, foi apresentada uma proposta no sentido de serem aditados à ordem de trabalhos dois pontos, designadamente:-----

-----Um ponto que seria designado pelo ponto dezanove-A: Discussão e votação da Segunda Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e dezanove;-----

-----E o ponto dezanove-B: Discussão e votação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Barcelos.-----

-----Apesar do consenso na reunião havida com os senhores líderes dos grupos municipais, o que é um facto é que o artigo cinquenta da Lei setenta e cinco/dois mil e treze exige que no caso das sessões ordinárias, como é o caso,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta possibilidade de introduzir na ordem de trabalhos estes dois temas, dada a reconhecida urgência do mesmo, exige uma votação de dois terços dos seus membros sobre a aceitação destes dois temas. E é precisamente isso que eu iria pôr à consideração da Assembleia, obviamente tenho que pôr um a um, em separado.-----

-----A primeira proposta é no sentido de ser admitido para apreciação, discussão e votação a Segunda Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e dezanove.-----

-----Eu ia perguntar aos senhores deputados que se opõem a esta proposta o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Então esta proposta foi admitida, foi aprovada por unanimidade, e será aditado como ponto dezanove-A da agenda.-----

-----A segunda proposta é relativamente à discussão e votação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Barcelos – como proposta dezanove-B.-----

-----A mesma pergunta:-----

-----Os senhores deputados que se opõem a esta adenda à ordem de trabalhos fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Também aprovado por unanimidade este aditamento.-----

-----Ultrapassada esta questão formal, passaríamos ao período de antes da ordem do dia, de sessenta minutos.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na última Assembleia coube a vez ao PSD, hoje é a vez do BTF.-----

-----Senhor deputado José Paulo Matias, faz favor.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos e demais Membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara em Exercício de Funções, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----No passado dia quatro de junho, o BTF emitiu um comunicado marcando a sua posição política relativamente à situação em que se encontra Miguel Costa Gomes enquanto presidente da Câmara Municipal, depois de conhecidas as medidas de coação que lhe foram aplicadas, de prisão preventiva na sua residência e pulseira eletrónica.-----

-----Assim, e porque estamos no local mais privilegiado para serenamente podermos dar a conhecer a este órgão de excelência para o debate político, o BTF reafirma e reforça a sua posição já plasmada no dito comunicado.-----

-----No plano judicial o BTF reafirma que Miguel Costa Gomes, enquanto presidente da Câmara, e cidadão, não está acusado de nenhum crime; nem julgado e, muito menos, condenado; pelo que, e é bom lembrar, que todo e qualquer cidadão nestas condições, e sem condenação de sentença transitada em julgado, se presume inocente. Neste sentido, deixemos a justiça funcionar e dar o espaço necessário para que o cidadão e presidente da Câmara se possa defender.-----

-----Outra coisa são as consequências no plano estritamente político. E da mesma forma que defendemos em quatro de junho que o presidente da Câmara deveria ter renunciado ao mandato, passado quase um mês continuamos a defender que a melhor solução é a renúncia do mandato; não o tendo feito e, na pior das hipóteses, agora, é o pedido de suspensão do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mandato por tempo indeterminado.-----

-----Só assim o executivo municipal poderá ter algumas condições para levar o mandato até ao fim dando à política a nobreza que se exige na defesa do bom nome de Barcelos e dos barcelenses. Só assim Barcelos sairá do “radar” permanente da comunicação social como um mau exemplo dos políticos que não resistem do apego ao poder.-----

-----Finalmente, lançamos o repto ao senhor presidente desta Assembleia Municipal para convocar todas as forças políticas que a representam para uma análise serena mas firme, na busca de uma solução que prestigie e dignifique o exercício da gestão municipal, nomeadamente eleições intercalares.-----

-----Se tudo se mantiver na mesma, desafiar o PS para a eventual retirada da confiança política ao presidente da Câmara porque quem não se lembra de, por muito menos, politicamente, o PS já o ter feito noutras situações.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Segue-se agora a intervenção do CDS-PP, o senhor deputado Firmino Silva. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara em Exercício e demais Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social.-----

-----Barcelos tem sido palco, no que à política diz respeito, de algumas, não muito recomendáveis, “trapalhadas”.-----

-----Gostaríamos de destacar, entre essas “trapalhadas”, a de Barcelos ter sido um município gerido apenas por um presidente de Câmara e uma vice-presidente, que em si centralizaram todos os pelouros.-----

-----Tal aconteceu, como é por todos sabido, no anterior mandato do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo municipal, não por uma opção política, mas sim devido à luta fratricida dentro do executivo municipal e no seio do PS local.-----

-----Pelo que tem vindo a público, poderemos brevemente assistir a uma nova “trapalhada” barcelense, que seja a de termos um presidente de Câmara que exerce o seu mandato desde a sua residência, podendo estabelecer contacto apenas com o pessoal de nomeação política, impedido de falar com os funcionários da Câmara, faltando às reuniões de Câmara, ou então pretendendo que as mesmas tenham lugar, como também já por aí foi falado, por videoconferência.-----

-----Sejamos sinceros, não tem qualquer cabimento esta situação.-----

-----A posição do CDS nesta matéria é clara:-----

-----Enquanto se mantiver este estado de coisas, ou seja, a obrigação de permanência na habitação, o senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos não tem condições para exercer o mandato.-----

-----E das duas, uma: ou suspende o mandatou, ou renuncia ao mandato.-----

-----O CDS não vai tão longe como outras forças políticas, não pede a “cabeça do presidente”, ou seja, não reclama a sua renúncia ao mandato, pois entendemos que a condição de arguido, pelos crimes de que vem indiciado, não tem necessariamente que levar a tal, embora entendamos e aceitemos que possa ser uma opção a tomar pelo senhor presidente.-----

-----O que o CDS defende, repetimos, é que o senhor presidente da Câmara não tem condições para exercer o mandato e como tal deverá, pelo menos, suspender o mandato.-----

-----Julgamos ser esta a solução que melhor se coaduna com a atual situação.-----

-----Estas “trapalhadas” da política barcelense, como dissemos, não recomendáveis, têm posto o nome de Barcelos na “boca do mundo”.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Chegamos ao ponto da imagem do edifício dos Paços do Concelho servir para ilustrar todas as notícias nas televisões, de suspeitas sobre autarcas, mesmo que os de Barcelos não façam parte dessas suspeitas.-----

-----Não é bonito, não gostamos.-----

-----Assim como não gostamos no CDS de ver o escritório de advogados que trabalha para a Câmara Municipal de Barcelos a fazer a defesa do presidente da Câmara.-----

-----Naturalmente que cada um tem a liberdade de escolher os advogados que entender, só que estando em causa eventuais crimes praticados no exercício de funções, em que o lesado pode vir a ser o município, poderá eventualmente existir conflito de interesses na defesa, porquanto serão os mesmos advogados a assegurar a defesa do arguido e do lesado – o município de Barcelos.-----

-----Todas estas “trapalhadas” têm na sua origem os mesmos autores: o presidente da Câmara Municipal de Barcelos e o Partido Socialista local.-----

-----Os barcelenses são os prejudicados por estas “trapalhadas” da política local.-----

-----Após dez anos de executivos socialistas, liderados pelo mesmo presidente, a cidade de Barcelos continua parada, a aguardar as respostas aos grandes desafios que se lhe colocam, a resolução dos seus problemas e das suas carências.-----

-----A construção do novo hospital, a conclusão da circular urbana e a ligação à autoestrada A/onze, os acessos da central de camionagem, a eliminação das passagens de nível, a reparação das estradas e caminhos municipais, a construção de redes de saneamento nas freguesias... enfim, ficamo-nos por aqui para não sermos fastidiosos.-----

-----Os barcelenses continuam à espera.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os executivos do Partido Socialista e o Partido Socialista local estão mais interessados e concentrados nas lutas fratricidas em que são pródigos, nas trapalhadas em que se metem, do que no concelho de Barcelos.-----

-----Os executivos do Partido Socialista e o Partido Socialista local merecem a censura do CDS, da demais oposição, e merecem a censura dos barcelenses, pois têm prestado um mau serviço ao concelho de Barcelos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social.-----

-----É evidente que a nossa declaração política também será sobre o tema que já aqui foi tratado.-----

-----O Bloco de Esquerda, por salvaguarda do fundamento de “separação de poderes”, teve o cuidado de não emitir outra opinião que não fosse a de lamentar todo o sucedido, enquanto decorressem as diligências jurídicas e não houvesse decisão do juiz de instrução da operação em curso.-----

-----A partir do momento em que foram conhecidas as gravosas medidas de coação, prisão domiciliária com vigilância eletrónica por suspeição de crimes de corrupção passiva e prevaricação, o caso mudou de figura. Os cargos públicos têm de ser assumidos com transparência e com lisura e em nenhum caso estas condições podem estar em causa. Perante esta deplorável situação, esses democráticos requisitos não estão assegurados, nem para o normal funcionamento da autarquia nem para o desenrolar do processo judicial.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Enquadrando toda a situação numa perspetiva de interpretação eminentemente política, dado que os factos imputados são praticados no âmbito do exercício autárquico, começo por fazer um ponto prévio:-----

-----O Bloco de Esquerda defende intransigentemente direitos/garantias/liberdades de todos os cidadãos – e este é um princípio básico;-----

-----O Bloco de Esquerda proclama efusivamente o direito constitucional da “presunção da inocência” – outro direito básico;-----

-----O Bloco de Esquerda lamenta o circo mediático montado à volta destes casos que em nada favorece a democracia. Por um lado, exalta o julgamento popular e social culpabilizando de imediato qualquer suspeito; por outro, enfurece populismos e considerações primárias como as do género que são todos iguais, o que querem é tacho, destituindo os regimes democráticos que tanto custou a conquistar. Assim cavalgam os populismos antidemocráticos.-----

-----Tenhamos a lucidez necessária para perceber que o exercício de cargos públicos, neste caso acrescido por ser presidente de Câmara, não é compatível com a suspeição de crimes como os que lhe são imputados. Acreditamos, ou não, na justiça.-----

-----É pelo menos de supor que há indícios fortes que sustentam a medida de coação aplicada pelo juiz.-----

-----É demasiado vago e tendencioso, e até pretensioso, refugiar-se em qualquer tipo de perseguição política pessoal ou de exercício de cargo. Não passa de uma interpretação de defesa em causa própria. Como se fosse uma espécie de auto-de-fé!-----

-----Mesmo o argumento de que se renunciar ao cargo é admitir culpas, neste caso concreto não é nada favorável porque o presidente de Santo Tirso renunciou. Partindo desse princípio, então ele assume essa culpabilização o que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem implicações nas outras pessoas envolvidas no mesmo processo.-----

-----Perante este insólito cenário, que situações se colocam?-----

-----Uma que tem sido difundida como vontade do presidente em regime de ausência, como agora se autointitula, é uma espécie de comando à distância por controlo remoto, em que a Câmara é gerida a partir da casa de família em modo eletrónico ou telefónico. Para além de ser risível esta solução entra no reino do absurdo servindo de anedótico nacional.-----

-----Uma outra é a suspensão do mandato e a assunção da presidência por parte de um dos vereadores, por direito de substituição deverá ser a atual vice-presidente, e remodelação de pelouros, desde que seja assegurada esta maioria de entendimentos. Sinceramente parece-nos pouco viável porque dificilmente se conjugam todas estas condições e, por outro lado, o presidente da Câmara, próprio do seu culto de personalidade, tem sido negociador exclusivo de um conjunto de dossiês estruturantes para o concelho, tais como: a concessão da água e saneamento, renegociação de PPP's, corredor da linha de muito alta tensão, terrenos para a construção do novo hospital.-----

-----Outra hipótese é a renúncia ao mandato e a realização de eleições intercalares, dando voz ao povo para fazer as suas escolhas até final do mandato, o que nos parece ser a mais democrática e mais apropriada resolução.-----

-----Mesmo correndo o risco de paralisar o concelho durante o período eleitoral, na verdade é isso que já se passa porque está criada uma gestão autárquica como uma espécie de conta-corrente limitada a medidas reativas e pontuais sem qualquer capacidade política para decisões estruturais. Perante uma edilidade vulnerável e sujeita às mais variadas pressões, perante um presidente ausente e totalmente fragilizado, tanto a nível local e particularmente a nível nacional, veja-se que até hoje o PS nacional nem uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra disse sobre isto à espera que passe o mais rapidamente possível.-----

-----Perante uma indefinição como a que está criada, perante uma opinião pública hostil e um sentimento de vergonha da população concelhia, é adiar o inadiável, é o protelar no tempo obras urgentes, e, mais uma vez, escusar de responsabilidades sobre compromissos assumidos.-----

-----Por isso, para minimizar estragos à população que nada tem a ver com os desvarios da governação, mas como sempre acontece é a que vai pagar a “fatura” dos esbanjamentos, resolva-se o impasse no mais curto tempo possível. Não sendo a resolução ideal é a mais assertiva e mais democrática porque permite fazer escolhas.-----

-----Por isso, vamos a eleições!-----

-----Não queria perder a oportunidade, a terminar, de falar sobre uma moção que agora foi retirada, à última da hora, da parte do PSD, diria uma pérola de escrita por assim dizer, desprezando até a representatividade da Assembleia, que dirigiu-se exclusivamente ao Partido Socialista, é caso para perguntar o que é que nós estamos aqui a fazer, coloca três questões numa espécie de sorteio, ou seja, agora escolha uma destas...-----

-----Sabem, estes aspetos de imputar a responsabilidade ou o ónus da questão a quem quer que seja tiram daqui um aspeto importante sob um ponto de vista político: é que isto é tudo um jogo que é preciso saber fazer e interpretar em nome dos interesses, neste caso, partidários, ou pessoais, e nunca em nome das pessoas e dos barcelenses. Pede-se clareza. Porque o que estive em causa perante esta moção foi uma espécie de fritar em lume brando, à espera que as coisas aconteçam e se destruam por elas próprias.-----

-----Por isso, a nossa crítica também muito feroz a esta moção que foi apresentada pelo PSD e que agora não vai ser aqui à consideração desta Assembleia porque foi retirada.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado do PCP, Mário Figueiredo. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras, Senhores Jornalistas.-----

-----O concelho de Barcelos foi confrontado há cerca de um mês com a lamentável detenção do presidente da Câmara Municipal de Barcelos, facto que deu origem a um conjunto de notícias que envergonha os barcelenses.-----

-----A imagem do edifício do município de Barcelos circula, hoje, pelos meios de comunicação social como símbolo de suspeição e má conduta política.-----

-----Seguiu-se a aplicação de medidas de coação gravosas – prisão domiciliária, pulseira eletrónica e impedimento de contacto com os trabalhadores do município – que indiciam fortes suspeitas de crime que podem ter lesado os interesses dos barcelenses.-----

-----Ao contrário do que afirma Miguel Costa Gomes, a sua detenção não se deve à mera troca de número de telefone que surge, espontaneamente, em conversas de café com amigos.-----

-----Trata-se, segundo a Polícia Judiciária em comunicado, que a prática de Miguel Costa Gomes insere-se em *“um esquema generalizado, mediante a atuação concertada de autarcas e organismos públicos, de viciação fraudulenta de procedimentos concursais e de ajustes diretos com o objetivo de favorecer primordialmente grupos de empresas, contratação de recursos humanos e utilização de meios públicos com vista à satisfação de interesses de natureza particular”* e *“suspeitas de serviços de faturações fictícias nuns casos e noutros não correspondendo aos valores reais”*.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----E, segundo o juiz Artur Ribeiro, os crimes em investigação que envolvem Miguel Costa Gomes são de *“extrema gravidade”*, provocam *“forte alarme social”* e *“insegurança na comunidade”*, podem levar a um sentimento *“de impunidade de que determinados agentes e estratos sociais gozarão”* e enquadram-se no conceito de *“criminalidade altamente organizada”*.-----

-----A verdade não sabemos, a justiça fará o seu caminho e assim deve ser. Miguel Costa Gomes é só suspeito, em que nada foi provado e que tem todo o direito à sua defesa.-----

-----Só que a suspeição recai sobre práticas do presidente da Câmara e não sobre o cidadão. Por isso, Miguel Costa Gomes e o PS devem fazer a leitura política do sucedido e as suas consequências. Mas isso recusaram-se a fazer.-----

-----Miguel Costa Gomes não faz a avaliação política séria e realista da sua atual situação e diz-se vítima de ataques à democracia.-----

-----Se há decisões que contribuem para a fragilização da democracia não serão, certamente, a do juiz, mas sim a decisão de Costa Gomes se manter no cargo como se a defesa dos interesses dos barcelenses pudesse estar refém dos ritmos de processos judiciais.-----

-----É a sua insistência em continuar a exercer funções que desprestigia o cargo político que ocupa e contribui para o descrédito da classe política.-----

-----É a sua insistência que coloca sérios constrangimentos à gestão do município.-----

-----Qual é hoje a composição do executivo? Como estão e estarão distribuídos os pelouros se o pedido de suspensão se estender no tempo? Qual o grau de conhecimento dos membros do executivo sobre os dossiês importantes que estavam há anos exclusivamente nas mãos de Miguel Costa Gomes? É este executivo coeso e estável perante a atual situação do presidente?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PS sustenta politicamente este executivo, foi o PS que ganhou as eleições e não Costa Gomes. Ao PS exige-se a resposta política à atual situação e tem de garantir a estabilidade governativa na defesa dos interesses dos barcelenses.-----

-----Como garante o PS a defesa plena do concelho de Barcelos se está disposto a suportar um presidente que pretende gerir o município a partir de casa?-----

-----Se Miguel Costa Gomes já não tinha qualquer influência junto do Governo em matérias importantes – novo hospital, linha de muito alta tensão, linha ferroviária, serviços públicos, imposição de competências, desagregação de freguesias, etc. –, no presente nem será atendido pois está fragilizado e sem condições de delinear qualquer estratégia política sólida que cumpra as reais aspirações dos barcelenses.-----

-----As atuais necessidades políticas, sociais e económicas do concelho de Barcelos exigem a presença efetiva e assídua do presidente e a sua inatacável credibilidade.-----

-----Não pode o PS reduzir a sua posição a um gesto solidário, com essa posição o PS dá mais um contributo para a fraca imagem dos partidos políticos.-

-----A operação “Teia” permite outras leituras, pois para além de colocar a suspeição na conduta do presidente da Câmara de Barcelos também põe a nu a má gestão municipal dos executivos PS que tomaram decisões políticas duvidosas no bom uso do dinheiro público.-----

-----Os barcelenses devem observar as opções políticas dos sucessivos executivos do PS no mau uso do dinheiro público que muitos ajustes diretos, mesmo que legais, representam. É inaceitável que num concelho em que tanto está por fazer que haja projetos fundamentais sucessivamente adiados, que mandato após mandato o desenvolvimento de Barcelos se atrase em relação



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos concelhos vizinhos e se afaste do que se poderia conseguir, que ano após anos os barcelenses vejam as suas aspirações traídas e o seu bem-estar negado, os executivos PS tenham decisões políticas que desperdiçam milhões de euros com serviços externos que não garantam a real necessidade e importância para a adequada gestão pública.-----

-----É por estas opções que o PS também deve responder.-----

-----Hoje o concelho de Barcelos tem um presidente de Câmara ferido de credibilidade política, ausente, impedido de comunicar com os funcionários, que quer colocar o seu direito à defesa judicial acima dos interesses dos barcelenses, semeando a instabilidade no seio do executivo.-----

-----Nestas circunstâncias, qualquer partido não tem outra escolha que não seja defender o concelho, logo na afirmação de que primeiro está os interesses da população o PS deve de imediato retirar a confiança política a Miguel Costa Gomes sob pena de o PS assumir também como sua a decisão do presidente.----

-----Apelamos também ao presidente da Câmara Municipal de Barcelos que renuncie ao mandato. Não para o condenar antecipadamente, mas por entendermos que é obrigação de um político dignificar o cargo que ocupa, elevar a classe política, proteger a democracia e, acima de tudo, defender os interesses dos barcelenses.-----

-----Muito obrigado pela vossa atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Mota. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Concidãos.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PSD, principal partido político da oposição, perdeu a réstia de vergonha que lhe restava.-----

-----Humilhado eleitoralmente nas últimas eleições autárquicas, pretende agora desrespeitar a opção política dos barcelenses e, para isso, atinge o cúmulo da desfaçatez apresentando uma moção, que acabou por retirar, destinada a assumir também a gestão de um outro partido.-----

-----A moção retirada, numa trapalhada ao estilo daquela a que os barcelenses assistiram aquando da escolha do seu candidato às autárquicas de dois mil e dezassete, representava o que de pior a política tem. O PSD Barcelos violava o regulamento desta Assembleia; fazia uma ingerência inadmissível na vida interna do PS; sujeitava esta Assembleia a uma votação inconstitucional; e subvertia a própria democracia.-----

-----Para o PSD Barcelos vale tudo e chafurdar na lama parece ser o seu desporto favorito.-----

-----O PSD Barcelos deixou de fazer política e dedica-se ao terrorismo partidário.-----

-----Na ausência de um projeto político alternativo para o desenvolvimento de Barcelos, o PSD prefere deturpar, confundir, efabular e insinuar sobre a atual situação política local.-----

-----O PSD Barcelos deveria ser capaz de compreender a dimensão das palavras proferidas pelo seu líder nacional, Rui Rio, que há dias defendeu que *“temos todos, relativamente a qualquer português, quer esteja na política ou não esteja na política, que respeitar o princípio de presunção de inocência. Temos de aguardar não pelos julgamentos populares, mas os julgamentos nos tribunais. Infelizmente, esses julgamentos arrastam-se três, quatro, cinco, seis e sete anos e a pessoa vai sendo queimada em lume brando”*.-----

-----Lamentamos ter de recordar ao PSD Barcelos e ao seu líder que o PS



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barcelos não fez qualquer aproveitamento político e partidário do caso que envolveu este último, quando foi acusado pelo Ministério Público no caso da Cruz Vermelha de Macieira de Rates, quando também era presidente da instituição.-----

-----Lamentamos ter de recordar ao PSD Barcelos e ao seu líder local que o PS Barcelos não fez qualquer aproveitamento político do estatuto de arguidos de autarcas do PSD.-----

-----O silêncio do PS respeitava o princípio basilar de um Estado de Direito: o da presunção de inocência.-----

-----Não aproveitámos de forma indigna essas circunstâncias para retirar qualquer dividendo político-partidário.-----

-----Lamentavelmente, a direção do PSD Barcelos tem optado por uma postura belicista, que em nada respeita a história de um partido estruturante da nossa democracia. E é, também, nesse sentido, que interpretamos as várias expressões de solidariedade e desconforto de militantes do PSD, em relação à postura da atual direção do PSD Barcelos.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos, como referimos por diversas vezes, mantém a normalidade na sua gestão.-----

-----Perante os últimos acontecimentos, o executivo do Partido Socialista tem demonstrado um elevado sentido de responsabilidade, centrando a sua ação no nosso projeto de desenvolvimento para Barcelos e na melhoria da qualidade de vida dos barcelenses.-----

-----Basta analisar com rigor as últimas iniciativas municipais para constatar que Barcelos continua a ser reconhecido local e externamente como um município inovador e dinâmico e que a gestão municipal está a ser exercida com total normalidade.-----

-----À justiça o que é da justiça. À política o que é da política.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O presidente da Câmara de Barcelos, Miguel Costa Gomes, como ele próprio escreveu recentemente, no Barcelos Popular, não é *“acusado de receber dinheiro, um jantar, uma viagem, férias, casa, carro, etc., mas sim apoio político”*. *“Pelo que demonstrará cabalmente a sua inocência”*, como refere.-----

-----Confiamos, como sempre, que como o próprio presidente também escreveu no referido artigo, *“Saberei, a cada momento, avaliar as situações tendo como critérios não o meu interesse ou bem-estar pessoal, mas sim objetiva e fundamentalmente os superiores interesses de Barcelos e dos barcelenses...”*, mantendo para com ele total solidariedade.-----

-----Não queira o PSD Barcelos subverter a escolha democrática dos barcelenses, que concedeu sucessivas vitórias autárquicas ao PS e a Miguel Costa Gomes e que também decidiu que o PSD Barcelos tivesse, em dois mil e dezassete, a pior derrota autárquica da sua história.-----

-----Continuamos, ainda, a resolver os erros, trapalhadas e a pagar as dívidas da gestão autárquica PSD, de que é bom exemplo o que aconteceu esta semana com o pagamento da PPP.-----

-----Mantendo, simultaneamente, o rigor financeiro que fez com que a Câmara Municipal de Barcelos, gerida pelo Partido Socialista e com Miguel Costa Gomes como presidente, fosse reconhecida pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses como a que apresentava a melhor eficiência financeira dos catorze concelhos do distrito de Braga e no conjunto dos municípios portugueses de grande dimensão, isto é, com mais de cem mil habitantes, Barcelos estava em nono lugar, subindo dois lugares em relação ao ano transato.-----

-----Por tudo isto, reafirmamos que, de forma responsável e empenhada, o nosso foco será sempre o do desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos barcelenses.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo PSD, o senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara em Exercício de Funções, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente e que nos segue via *web*.-----

-----Barcelos tem vivido nos últimos tempos em sobressalto quase permanente. Desde os tempos fatídicos de dois mil e nove em que o Partido Socialista assumiu a gestão do executivo municipal mais não houve paz, tranquilidade e estabilidade no poder municipal barcelense. Foi introduzida uma nova dinâmica, com promessas muitas, acenos de grandes realizações e conquistas variados, criando uma falsa sensação de progresso e de bem-estar na sociedade barcelense.-----

-----Tudo o que vinha do tempo do PSD passou a ser apresentado como maléfico, pernicioso, prejudicial aos barcelenses.-----

-----Na sequência de vários erros graves de gestão municipal, em que não posso deixar de destacar a litigância desenvolvida em torno da PPP e do processo da água, somaram-se derrotas jurídicas brutais e administrativas, custos gigantescos em juros e em indemnizações, custas judiciais elevadas e serviços dos advogados caríssimos, bem como falta de concretização dos objetivos propostos na sequência das guerras desencadeadas pelo executivo do Partido Socialista. Ameaças e maledicência eram o pão nosso de cada dia. Mas já diz o velho ditado “quem semeia ventos colhe tempestades”. E o furacão foi-



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se aproximando, primeiro devagar e serenamente, depois forte, apressado e vigoroso.-----

-----A cidade e o concelho de Barcelos, apesar de alguma lufada de ar fresco do protocolo dos duzentos por cento e de um clima festivo quase permanente na cidade, com elevados gastos em comunicação e imagem, estagnaram.-----

-----As grandes obras necessárias para a consolidação, ampliação e dignificação da imagem da cidade e do concelho de Barcelos no todo nacional não saíram do papel: o novo hospital, a conclusão da circular urbana, a eliminação das passagens de nível que são, enfim, uma imagem de uma cidade da idade média, os parques de estacionamento, a melhoria e beneficiação da rede viária, são tudo miragens num horizonte sombrio e distante.-----

-----Na sequência deste malfadado caminho surgiram as buscas e os mandados judiciais, com acusações à gestão do município e ao seu presidente, que mais achas para a fogueira vieram lançar.-----

-----À justiça o que é da justiça. À política o que é da política.-----

-----Nunca um partido com a história, a dignidade e os pergaminhos do PPD/PSD aproveitaria para confundir ou tentar misturar dois campos diferentes da ação humana e da ação da lei.-----

-----Tem o senhor presidente da Câmara todo o direito de se achar inocente e de se poder defender e dever de defender perante os órgãos da justiça. Mas isso não pode ser confundido nem evitar o debate político, que naturalmente tem que incluir este dado que é novo e que é pertinente.-----

-----Sabemos todos nós, sem exceção, quer quem está no poder quer quem está na oposição, que é impossível governar um concelho com esta dimensão e com a dinâmica e pujança económicas que apresenta retido em casa e limitado gravemente na sua vida quer pessoal, quer política e social.-----

-----O PSD apela ao bom senso e à coragem.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Nestas condições, o Partido Socialista não pode governar a Câmara Municipal de Barcelos.-----

-----O senhor presidente da Câmara terá que suspender e/ou abdicar do que resta do seu mandato. Caso não o façam, tanto o presidente da Câmara Municipal de Barcelos como o seu suporte político, o Partido Socialista, estão a prejudicar gravemente Barcelos, as suas gentes e o seu desenvolvimento.-----

-----Primeiro o interesse de Barcelos e dos barcelenses, a seguir o interesse dos partidos e só em último lugar, e se for possível e ainda houver lugar, os legítimos interesses de cada um.-----

-----Neste momento difícil e delicado é preciso escutar, perscrutar e estar atento ao que os barcelenses pensam e ao caminho que apontam.-----

-----Viva Barcelos!-----

-----Viva Portugal!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou este período dos primeiros seis minutos de inscrições, eu iria agora perguntar aos senhores deputados para a segunda fase de inscrições de três minutos.-----

-----Inscrições!-----

-----Os serviços acabaram de me informar que o BTF não pretende exercer o direito à intervenção dos três minutos.-----

-----A seguir temos o CDS, o senhor deputado Firmino Silva. Também abdica dos três minutos.-----

-----A seguir temos o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Meus Senhores e Minhas Senhoras, Senhores Jornalistas e quem nos vê e ouve via *web*.-----

-----Esta intervenção que eu agora faço é na sequência da intervenção do senhor deputado do Partido Socialista a propósito da defesa que aqui fez de uma situação que me parece, muito sinceramente, indefensável.-----

-----Independentemente das voltas que nós quisermos dar àquilo que interpretam, não interpretam, de que forma é ou não é, esta situação é indefensável, não tem forma de defesa.-----

-----Eu não me acredito que o senhor deputado se acredite que há uma normal ou uma normalidade de funcionamento na gestão da Câmara. Não me acredito nisso. Não me acredito que se acredite nisso, sinceramente. Portanto, não é uma questão de fé a gente pensar que isto funciona tudo muito bem, está tudo a funcionar. Não é verdade. Não pode ser. Perante uma situação destas, de tal forma gravosa, isto não pode funcionar normalmente. Assuma-se isso e o Partido Socialista tem que assumir isso.-----

-----Depois dizer-se que o senhor presidente “*demonstrará cabalmente a sua inocência*”. Está bem, até admito que pense isso, mas admita que se possa pensar o contrário. Portanto, toda esta situação é demasiado frágil sob um ponto de vista de interpretação para ter qualquer sustento naquilo que possamos dizer, porque o contrário é tão válido.-----

-----Quando diz que Barcelos continua a ser reconhecido local e nacionalmente, muito sinceramente, Barcelos, neste momento, em termos nacionais, é visto um bocadinho como o lado anedótico da situação. É precisamente isto. E não é uma questão, digamos, única, mas, infelizmente, nos envergonha. Porque na verdade é uma imagem deplorável daquilo que deve ser uma gestão autárquica independentemente dos motivos que possam levar a tal.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Agora, querer-se passar uma esponja, lixiviar toda uma situação como se nada acontecesse, como se nada fosse realidade, é que não faz qualquer sentido e eu acho que essa é uma má atitude e politicamente uma má postura do Partido Socialista de Barcelos, deve assumir as suas responsabilidades independentemente de qual seja a sua opção.-----

-----Mas, por exemplo, no seu discurso não se aponta uma única alternativa, não se aponta uma resolução para o caso, como se nada fosse, tudo funciona normalmente, nem há caso sequer. É caso para se dizer que nem há caso, não é? Não existe nada. É uma justiça que tem importância política, nem discuto a questão sob o ponto de vista jurídico, quem tem ou não tem razão, isso são os tribunais, há que fazer separação de poderes, óbvio. Agora, politicamente? Isto não é um caso significativo que o Partido Socialista se pronuncie sobre todas as situações que daqui advêm? Todos os problemas que resultam desta situação? E o seu discurso, peço-lhe desculpa de o dizer, mas é uma lavagem daquilo que é uma realidade factual de acontecimento que nós estamos todos a viver lamentavelmente e infelizmente. Ninguém se orgulha deste facto nem ninguém tem vontade de tirar dividendos políticos ou partidários, pelo menos da nossa parte isso não existe, agora que é um facto que de maneira alguma pode ser esquecido e tem que ter consequências e essas consequências têm que ter alteração do ponto de vista político do concelho, essa é uma realidade indesmentível que não vi de maneira alguma da sua parte na questão política da abordagem.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora, para intervenção de três minutos, o senhor deputado do PCP, Mário Figueiredo. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---
-----A minha intervenção também foi motivada pela intervenção do Partido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Socialista e desde já quero dizer que o Partido Comunista rejeita esta tentativa do PS de fazer a ligação de quem está a exigir consequências políticas sobre a atual situação do presidente da Câmara é já condená-lo antecipadamente, isso não corresponde à verdade. Portanto, há de facto aqui uma situação judicial, mas essa situação judicial arrasta atrás de si uma consequência política em que o estar calado e ignorar que nada se passa não é esse o melhor caminho e parece-me que é isso que o Partido Socialista quer impor a si próprio e quer impor aos outros partidos. Portanto, a leitura e a condenação política pela situação não quer dizer nem implica que haja uma condenação judicial.-----

-----Depois não posso deixar de referir que o PS vai a meio do terceiro mandato e é o segundo mandato em que o Partido Socialista cria sérias instabilidades à governação da Câmara Municipal de Barcelos, em que tem como elemento central o presidente da Câmara Miguel Costa Gomes. E o Partido Socialista rejeita sempre tirar uma leitura política e consequências destas situações de instabilidade que vai criando durante os seus mandatos. Portanto, leva-me a crer que o Partido Socialista é um partido impreparado para governar a Câmara Municipal de Barcelos, porque não consegue, com a exceção do primeiro mandato, fazer um mandato em que reúna de facto uma coesão e uma unidade na defesa dos interesses da população.-----

-----Depois, dizer, que vem no seguimento daquela tentativa de dizer que quem faz uma leitura política e exige consequências políticas está a condenar, à partida, o Miguel Costa Gomes, que não é verdade. Eu até posso aceitar que, como disse o senhor deputado Manuel Mota, que acredita piamente que o presidente da Câmara vai provar a sua inocência, eu não digo o contrário, eu até desejo isso, eu até desejo isso. Você acredita, eu desejo. Mas uma coisa é certa: esta situação prejudica ou não a gestão municipal? Cria ou não sérios problemas à gestão municipal e à instabilidade do executivo? Esta situação desprestigia ou



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não o cargo de presidente da Câmara, neste caso, da Câmara de Barcelos? Cria ou não cria descrédito na classe política? Fragiliza ou não fragiliza a democracia? Nós não podemos estar nas últimas eleições preocupados com a abstenção, preocupados com a ascensão da extrema-direita e depois ao mesmo tempo dar grandes contributos para o descrédito e para a fragilização da democracia. É o dever de um político tomar atitudes que dignifiquem a política e tomar atitudes que dignifiquem e engrandeçam a classe política, os partidos e a democracia e não esta tentativa de governar um executivo da poltrona de casa.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, para os três minutos, o senhor deputado do Partido Socialista, Manuel Mota. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Primeira nota – Quando falo em normalidade falo naturalmente na capacidade que o Partido Socialista teve de ajustar-se às circunstâncias que vive no momento.-----

-----Vamos agora para a matéria de facto. Em relação a autarca, o Bloco de Esquerda não é um partido com tradição autárquica, teve uma Câmara Municipal, penso que já não tem, Salvaterra de Magos, e aquando de uma situação em que a autarca era arguida a posição do Bloco de Esquerda a nível nacional era considerar que a matéria em causa do ponto de vista judicial não tinha qualquer fundamento. Deu espaço, como se lê depois no continuar da nota, ao seu entendimento sobre aquilo que era o processo judicial e foi contra inclusive às tomadas de posição da justiça.-----

-----O PCP, muito recentemente, teve um presidente de Câmara, tem um presidente de Câmara, penso que ainda não transitou em julgado a medida, o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presidente da Câmara de Vila Viçosa e vice-presidente, que também foram alvo de um processo judicial, e o PCP diz (isto é o comunicado do PCP): *“Absurda decisão judicial de perda de mandato dos autarcas”*.-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, é preciso ter muita responsabilidade nesta matéria no que se diz. O senhor deputado pegou no comunicado da Polícia Judiciária que curiosamente foi retirado poucas horas depois de ter sido posto *on-line*, e não foi retirado por acaso, no próprio dia que foi colocado foi retirado. E sabe por que é que foi retirado? Porque de todas as matérias que referenciou o presidente da Câmara Municipal de Barcelos não está envolvido em nenhuma delas. Não está envolvido em nenhuma delas.-----

-----O que nós temos que perceber do ponto de vista democrático, nós não podemos defender o princípio da presunção de inocência e depois retirar todas as consequências desse princípio da presunção de inocência. Nós não podemos acreditar piamente na defesa intransigente das pessoas e no seu direito à sua defesa e depois julgá-la e fazer um julgamento que implique logo de imediato um julgamento na praça pública e um julgamento político nesta mesma Assembleia. Nós temos que perceber a matéria que está em causa. A matéria que está em causa é de apoio político. Não tem em nenhuma circunstância do processo, daquilo que eu conheço, nem em nenhum momento é posto em causa a gestão da Câmara Municipal.-----

-----E para aproveitar os poucos segundos que restam, eu tive o cuidado de ver o que é que a Câmara Municipal fez nas últimas quatro semanas e é por isso que eu falo em normalidade da atividade municipal: a Feira Medieval foi um sucesso; a Moda Barcelos está aí à porta, é um sucesso; o município de Barcelos pagou esta semana oito vírgula seis milhões de euros porque tinha capacidade para o pagar da PPP ruínosa que o PSD concretizou; o projeto artístico de Barcelos teve esta semana o seu lançamento e é outra das grandes iniciativas.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isto é que é a questão central. É se nós temos ou não temos capacidade enquanto executivo e enquanto partido de resolver os problemas das pessoas, resolver os problemas dos barcelenses e das suas instituições. Nestas duas últimas semanas foram transferidos um vírgula três milhões de euros para as Juntas de Freguesia. E poderia continuar... a paragem do Intercidades em Barcelos... nestas últimas quatro semanas.-----

-----Eu compreendo que para o PSD, aquilo que não aconteceu nas urnas, dava jeito que acontecesse circunstancialmente neste período, é diferente. Não pomos em causa a relevância do processo, não pomos isso em causa. Mas pomos, e permitam-nos que possamos colocar isto em cima da mesa, é que nós sistematicamente na política dizemos que estamos a defender as pessoas, estamos preocupados com as questões centrais das pessoas, mas depois quando um sistema, e não vou pôr em causa o sistema judicial, mas não era a primeira vez que errava, não era a primeira vez, e é isto que é lamentável o que está a acontecer. Vocês viram o que aconteceu, ainda não era conhecido na Câmara Municipal o que estava a acontecer e já estavam as televisões todas... Como diz o próprio Rui Rio, foi de facto lapidar naquilo que disse, recordou só isto: teve uma altura da sua governação em que ele e todos os vereadores da Câmara Municipal do Porto eram arguidos e no final nenhum deles foi condenado.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo PSD, o senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Boa noite, Senhor Presidente, boa noite a todos os presentes.-----

-----Renovo as saudações da primeira intervenção.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Partido Socialista fez aqui uma intervenção política que é uma mão cheia de nada. Um ataque cerrado, vergonhoso, errático e deselegante ao PSD e à sua direção.-----

-----Sabe, senhor deputado, o PSD é um partido democrático grande, com uma grande tradição, que serviu Portugal e os portugueses e continua a servir há muitos e bons anos, não tem lições a receber nessas matérias de nenhum dos partidos presentes, com o respeito que tenho por todos. Muito menos daqueles que com poucos anos de história e que se põem em bicos de pés e tentam mandar neste país. Felizmente que parece que anda a aparecer alguém que lhes dá no nariz para trás, não sou eu, eu leio os jornais, felizmente. Às vezes é bom haver eleições para isso acontecer.-----

-----Não vou responder a certas coisas que aqui foram ditas, mas recordo o que se disse dos autarcas do PSD sem terem sido julgados, sem terem sido detidos, sem terem sido colocados sob detenção de qualquer espécie. Recordo o que aqui foi dito, é só ir às atas. E, portanto, não recebemos lições de elegância democrática e de educação de ninguém, com todo o respeito. E contesto tudo o que foi dito sobre a atitude que o PSD faz lama nesta matéria. Está muito enganado, não me conhece. Demitir-me-ia de uma direção que fizesse o aproveitamento político de situações pessoais. Tenho respeito por essa pessoa como tenho por todos os doentes que trato, desde o mais pobre ao mais rico. É assim que eu fui educado, é assim que eu sou. Mas o combate político tem que existir. Eu não gostaria de estar aqui a combater politicamente uma pessoa que não se pode defender. Por isso, evitei muito suavemente referências à pessoa em questão. Eu vim aqui atacar a política do executivo do Partido Socialista e reafirmo o que disse. O PS não tem condições para governar a Câmara. É a opinião do PSD. Temos o direito ou não temos a ter essa opinião? E o PS pode ter a opinião contrária, mas nós temos direito a ter essa opinião. Nós



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

achamos que Barcelos, com o executivo nas condições em que está, enquanto não estiver definida a situação do presidente da Câmara, é um executivo fragilizado. E isso os próprios vereadores sabem que assim é, porque há novas delegações de competências que têm que ser feitas, há nova orgânica que tem que ser organizada.-----

-----Para terminar, queria dizer uma coisa muito simples. O senhor deputado Manuel Mota veio aqui falar do que a Câmara fez na última semana ou nos últimos quinze dias. É o normal, senhor deputado. Pagar dívidas? É uma obrigação de toda a gente, não fizeram favor nenhum. Sabe o que é pena? No tempo de juros da banca para os bons clientes a um e meio por cento, a um vírgula dois por cento, os senhores terem pago um contrato de oito vírgula seis milhões, quase metade em juros. Os senhores são muito maus administradores.-----

-----Muito boa noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----O senhor vereador engenheiro José Novais pediu à mesa uma intervenção para o exercício do direito da defesa da honra. Como já foi transmitido várias vezes pela mesa, e desde o início deste mandato, a mesa em circunstância alguma fará pré-juízos sobre a honra e ofensa da honra de qualquer senhor deputado ou de qualquer senhor vereador. Portanto, o princípio mantém-se, a mesa vai conceder a palavra por três minutos regimentais ao senhor vereador para exercer o direito.-----

-----Faz favor, senhor vereador.-----

VEREADOR DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Caros Jornalistas, Caros Barcelenses.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Queria nesta minha primeira intervenção deste lado da bancada, depois de trinta e cinco anos a que estive no lado debaixo da bancada, desde mil, novecentos e oitenta e dois até dois mil e dezassete, esta é, como disse, a minha primeira intervenção deste lado, sem direito de voto, mas com direito à minha defesa da honra.-----

-----E este pedido de intervenção vem na sequência do que foi a intervenção do senhor deputado do Partido Socialista, que por sua vez foi também no seguimento da resposta, da reação que o Partido Socialista fez à conferência de imprensa que o PSD produziu na segunda-feira passada.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados,-----

-----Pela dignidade, dizemos nós, dignificar a Câmara de Barcelos é a resposta que se impõe ao Partido Socialista. Este é o nosso lema.-----

-----No dia vinte e nove de maio, o senhor presidente da Câmara foi detido pela PJ e no dia três foram-lhe aplicadas as medidas de coação que são conhecidas e lamentamos.-----

-----Desde o início a nossa postura foi uma postura de preocupação, sentido de responsabilidade, porquanto estamos perante um momento negro da história do concelho de Barcelos e único. Portanto, é a primeira vez na vida, que nós saibamos, que acontece isto a um presidente de Câmara.-----

-----O Partido Socialista em vez de responder politicamente àquilo que foi a intervenção política do PSD, na medida que o PSD desafiou o Partido Socialista a assumir responsabilidades e definir uma de três possíveis posições, que seria exigir ao presidente da Câmara a suspensão do seu mandato até à conclusão do processo judicial, exigir ao presidente da Câmara a renúncia ou devolver a palavra aos barcelenses, em vez de responder politicamente optou pela agressão pessoal e pelo ataque de carácter pessoal à minha pessoa numa nota de imprensa. Portanto, o Partido Socialista comparou aquilo que é



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incomparável, enganou-se redondamente. Porquanto recordamos e desde que o Partido Socialista apelava à recordação eu devo dizer que desde oitenta e dois, durante trinta e um anos como presidente de Junta, durante trinta e seis anos de vida associativa, durante trinta e sete anos de vida autárquica e partidária nunca fui alvo de buscas judiciárias e o meu nome nunca ficou manchado na justiça. Pelo contrário, o que se vê agora é bem diferente. Isto consideramos que é uma vergonha para Barcelos. O PS quer comparar a prática de gestão autárquica do executivo e do presidente da Câmara Costa Gomes com uma passagem da minha vida associativa, a qual não passou de uma tentativa de beliscar o nome honrado de quem trabalhou muito.-----

-----Senhor presidente, era este o sentido principal do que eu queria dizer em termos de defesa do meu nome perante um ataque desnecessário, descabido e desigual.-----

-----Obrigado a todos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador.-----

-----Terminamos o período de antes da ordem do dia, seguir-se-á o período de intervenção do público, os serviços da Assembleia deram-me notícia de que não há quaisquer inscrições de intervenção, pelo que passaríamos ao período da ordem do dia.-----

-----Eu iria pedir aqui ao meu segundo secretário para fazer a introdução do ponto um da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto um – Aprovação das atas das sessões de doze e vinte e sete de abril de dois mil e dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Como é normal, começaríamos pela ata da sessão de doze de abril e eu iria propor à Assembleia a dispensa da leitura ata.-----

-----Os senhores deputados que votam contra esta proposta fazem o favor de



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade a dispensa da leitura da ata.-----

-----Irámos agora votar a ata!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada a ata de doze de abril de dois mil e dezanove por
unanimidade.-----

-----Passaríamos à ata de vinte e sete de abril de dois mil e dezanove, a
mesma proposta de dispensa da leitura da ata.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade a proposta de dispensa da leitura da ata.-----

-----Passaríamos à votação da ata!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos entretanto aos seguintes pontos da ordem de trabalhos que
irão ser introduzidos na sua leitura sumariada e que, de acordo com o que foi



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consensualizado na reunião de líderes de preparação desta Assembleia, iríamos fazer uma discussão conjunta do ponto dois ao ponto dezanove, que dizem respeito às propostas de não aceitação de transferências de competências, e depois, no final, faríamos uma votação individualizada. Foi isto que foi acordado na reunião de preparação e, portanto, será assim que iremos conduzir os trabalhos do ponto dois ao ponto dezanove.-----

-----E começaríamos então pelo senhor doutor António Saleiro, que vai fazer a leitura sumariada dos pontos dois a dezanove.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de trinta de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número setenta e dois/dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em dois mil e dezanove;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número noventa e sete/dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro (Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado), em dois mil e vinte;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número noventa e oito/dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro (Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cem/dois mil e dezoito, de vinte e oito de novembro (Vias de Comunicação), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e um/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Justiça), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e três/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e quatro/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadãos; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e cinco/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Habitação), em



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois mil e vinte;-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e seis/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Gestão do património imobiliário público sem utilização), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e sete/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Estacionamento Público), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e dois/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Cultura), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezassete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e três/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Saúde), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezoito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

número cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de trinta de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto dezanove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número setenta e dois/dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em dois mil e vinte.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Senhores deputados, passaríamos às inscrições!-----

-----Senhor deputado Hugo Cardoso, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário da Mesa da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara em Funções, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores aqui presentes, muito boa noite.-----

-----O processo de transferência de competências da administração central para as autarquias locais está claramente a transformar-se num processo falhado, precipitado, correndo o sério risco de se transformar num completo e absoluto desastre político, tendo em conta os vários problemas que poderá causar às autarquias num futuro não muito distante.-----

-----Mas vamos por partes.-----

-----Em primeiro lugar, será importante dizer que relativamente a este processo, em princípio, todos nós concordaríamos com um processo de desconcentração de competências.-----

-----Este conceito que muito facilmente se associa à proximidade, ao cumprimento do princípio da subsidiariedade, à ideia de com a utilização de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

menos recursos, ou pelo menos com os mesmos recursos, se possa fazer mais e melhor, é de facto merecedor da nossa concordância.-----

-----Até porque com uma maior proximidade entre o decisor e quem beneficia da decisão, haveria sempre, pelo menos em teoria, uma maior transparência, eficácia e eficiência na aplicação de dinheiros públicos.-----

-----Todos ganharíamos.-----

-----Mas para que tal fosse possível, e também aqui já o afirmámos, seria necessário uma definição clara das condições, nomeadamente uma definição clara do regime de financiamento e dos meios necessários para a execução das competências transferidas.-----

-----Para além do facto das novas responsabilidades que estão em vias de ser transferidas para as autarquias locais não passarem de meras tarefas, que não envolvem, por exemplo, competências para planear ou decidir e executar políticas sem a dependência do poder central, transformando todo este processo numa mera descentralização tecnocrática e dessa forma subvertendo todo o espírito que esteve na génese de todo este processo, isto é, a política de proximidade, os municípios, que muito embora nesta fase ainda possam recusar a transferência das competências, num futuro não muito distante não o poderão vir a fazer e devem por isso ter um cuidado redobrado, nesta fase de implementação da lei, por forma a estudar, programar e quantificar as consequências financeiras das transferências.-----

-----Seria, por isso, importante que o Governo e o Partido Socialista, de uma vez por todas, entendessem que a autonomia administrativa e financeira das autarquias é condição para o pleno exercício de atribuições e competências.-----

-----Seria, por isso, importante que o Governo e o Partido Socialista, de uma vez por todas, entendessem que este processo deveria contribuir para um maior desenvolvimento dos territórios, e não pelo contrário, introduzindo ainda mais



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desigualdades e assimetrias entre os mesmos.-----

-----É que não basta empurrar o problema para a frente sem pensar numa estratégia clara e que beneficie o nosso concelho.-----

-----Mantemos, por isso, as preocupações que já aqui trouxemos num passado ainda bem recente.-----

-----Já todos nós percebemos que existe uma clara necessidade de se efetuar estudos, quem sabe uma necessidade de se criar equipas de trabalho, de estudar e planificar a concretização das novas competências legais, sob pena de se estar a criar uma situação muito difícil, se não mesmo insustentável para o nosso município num futuro próximo.-----

-----E é precisamente aqui que eu quero chegar!-----

-----Até este momento, e já houve tempo mais que suficiente para resolver o problema que ainda se mantém, houvesse vontade para isso, o Governo não dá qualquer garantia sólida de que a delegação de competências, em algumas áreas, tenha a cabimentação orçamental necessária para fazer face aos compromissos, responsabilidades e encargos que as autarquias teriam que assumir, e por isso não podemos deixar de lamentar que, mais uma vez, o Governo e a Câmara não tenham trabalhado em tempo para que o processo de descentralização, mesmo que pouco ambicioso, não esteja, nesta data, em condições para avançar.-----

-----É que se em determinadas áreas reconhecemos a complexidade do processo, noutras não podemos deixar passar em claro a vossa apatia, como, por exemplo, no que se refere à transferência de competências para as autarquias locais em matéria de Espaços Cidadão, as quais não envolvem investimentos significativos, e era expectável que a Câmara Municipal tivesse feito algum trabalho de casa necessário e tivesse preparado as necessidades para serem implementadas no ano dois mil e vinte, tendo em conta que existem



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atualmente onze locais Espaços Cidadão implementados e em funcionamento.--

-----Em janeiro, votámos a favor da não transferência no referente ao ano dois mil e dezanove porque o ano já estava em curso, mas no referente ao ano dois mil e vinte, o caso de agora, não faz qualquer sentido a não aceitação desta transferência.-----

-----O Partido Socialista ao propor a não aceitação para dois mil e vinte revela claramente incompetência e impreparação para lidar com este assunto.-----

-----Se em relação às outras áreas, pelos motivos acima elencados, concordamos com a não aceitação das transferências de competências, em relação à não aceitação desta transferência de competências para dois mil e vinte não podemos concordar, falo da proposta número dez.-----

-----Esta proposta da Câmara Municipal vai inviabilizar a vontade das Juntas que querem aceitar a transferência de competências e não aceitamos ser responsabilizados por isso.-----

-----Para finalizar, dizer apenas que se dúvidas houvesse sobre as consequências que a atual situação que envolve o presidente de Câmara traz para o município e para a gestão do nosso concelho, basta atentar a forma como a senhora presidente em funções, Armandina Saleiro, argumentou a recusa das competências relativas ao Espaço Cidadão com a atualidade política atual e passo a citar: *“Seria complicado aceitar agora”*.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado do BTF, Augusto Dias. Faz favor, senhor deputado.---

DEPUTADO DO BTF – Augusto Dias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente em Exercício de Funções, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mais uma vez é discutida nesta Assembleia Municipal a não aceitação das transferências de competências previstas em diversos decretos-lei, ao abrigo da Lei cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

-----Como podemos observar, são dezanove decretos-lei, do ponto dois ao dezanove da ordem do dia, os quais vamos votar pela não aceitação de transferências de competências para o município, Juntas de Freguesia e Comunidades Intermunicipais.-----

-----Mas falemos deste Governo e da ligeireza como age, pela forma como tem tratado as autarquias locais, num contraste flagrante com um discurso oficial, considerando um sucesso este processo de descentralização, mas que, na prática, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia se recusam a aceitar.-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----As autarquias e nós autarcas sempre ambicionámos autonomia e competências acompanhadas de respetivo financiamento. Mas, sobre isto, a política deste Governo em matéria de descentralização tem-se revelado um autêntico fracasso. Desde logo com a publicação da Lei cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. É uma Lei-quadro que estabelece as transferências de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, mas que, lamentavelmente, se vão arrastando no tempo com publicações de decretos-lei que ninguém quer assumir, pela falta de clareza, a não ser por obrigação em dois mil e vinte e um se, até lá, nada mudar tantas são as incertezas e dúvidas manifestadas pelo seu desconhecido impacto financeiro.-----

-----E o que dizer do último decreto publicado, Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, com a realização de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negociações entre as partes, que em Barcelos dificilmente serão feitas, com a brevidade que se exige, devido ao atual estado político local.-----

-----A falta de clareza nos procedimentos deste decreto-lei, ignorando completamente a sua autonomia financeira e a fazer prevalecer a política errada do “chapéu na mão”. Para este Governo, as Juntas de Freguesia continuarão a ser os parceiros pobres. Servimos para trabalhos menores, como, por exemplo, a “limpeza das sarjetas”!-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----Mas para colocar a “cereja no topo do bolo”, como diz o ditado popular, este Governo apresentou muito recentemente na Assembleia da República uma proposta de lei sobre a agregação das freguesias que é uma autêntica provocação aos autarcas e ao povo em geral e que, a ser levada por diante, o concelho de Barcelos ficará reduzido a cerca de quinze freguesias (pasmese).---

-----Quanto a este ponto, o BTF virá a esta Assembleia para tomar uma posição, já com uma nova Assembleia da República, um novo Governo e porventura, para bem das autarquias, quem compreenda e cumpra os compromissos assumidos nesta matéria, num passado recente.-----

-----Finalmente, o BTF votará favoravelmente todas as propostas da não aceitação da transferência de competências constantes no ponto dois a dezanove da ordem do dia.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Joaquim Barbosa. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mantêm-se no essencial os nossos pressupostos para a não aceitação da transferência de competências, no âmbito deste processo de descentralização, que já foram referidas em anteriores Assembleias.-----

-----Sem prejuízo disto, e como é natural, é sempre bom reafirmar os nossos princípios, somos defensores desde a primeira hora deste processo de descentralização, aliás, é o Partido Socialista o autor deste processo, mas importa que este município disponha, como é natural, dos meios e das condições efetivas para a sua aplicação.-----

-----Este processo de descentralização, e acrescentando mais um princípio que o Partido Socialista defende, espera-se, pela experiência adquirida, pelas boas práticas que certamente serão demonstradas pelos vários municípios, que seja um processo que possa levar à regionalização da qual somos acérrimos defensores.-----

-----Esta não aceitação por agora das competências, algumas setoriais ainda de dois mil e dezanove e outras para dois mil e vinte, faz-se sobretudo por questões logísticas mas também por dúvidas que ainda subsistem quanto às verbas associadas.-----

-----E sobre isto julgo que há um amplo consenso desta Assembleia. Para gerir temos obviamente que conhecer os meios que estão associados a essa mesma gestão.-----

-----Importa assim que a implementação deste processo de descentralização no nosso concelho seja adaptada à nossa realidade de modo a que as suas vantagens se traduzam em claras vantagens acrescentadas para os munícipes face àquilo que é a realidade atual.-----

-----E nós, Partido Socialista, confiamos obviamente que este processo de descentralização, ainda que se considere uns mais do que outros que fica eventualmente aquém daquilo que seria as expetativas, eventualmente nós



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também achamos isso em algumas propostas setoriais, mas que é globalmente sem dúvida uma oportunidade para melhorar o funcionamento dos serviços numa perspetiva, é certo, de responsabilização dos autarcas, mas numa perspetiva também de oportunidade, conforme referi terão essa mesma oportunidade de prestarem serviços com qualidade acrescida aos seus cidadãos.-----

-----Insistimos, portanto, que se torna necessário dispor dos meios e não só das meras competências para as executar e por isso este executivo assume essa responsabilidade e cumpre-a de a implementar em dois mil e vinte e um o processo de descentralização que vier a ser identificado e com os mecanismos financeiros naturalmente associados.-----

-----A urgência é má inimiga deste processo e por isso é nosso entendimento que até esta política dos pequenos passos se calhar é a mais eficaz para que de facto o impacto deste processo e a forma como tudo se vai passar adquira a serenidade e a tranquilidade que são necessárias.-----

-----E é isso precisamente o que este executivo está a fazer, é identificar muito bem o ponto de partida, o impacto financeiro, os recursos humanos e até as alterações que certamente vão ser necessárias na própria estrutura orgânica da Câmara.-----

-----Finalmente, responder diretamente ao PSD relativamente ao ponto número dez. Nós não aceitamos aqui a crítica efetuada pelo senhor deputado do PSD, não confundimos que a não aceitação desta delegação de competências neste ponto, e eu refiro, *“Instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadãos; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes”*, nós não confundimos esta não aceitação com a ideia de que nada está a ser feito para dar seguimento à concretização dos Espaços dos Cidadãos. E queremos claramente referir que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma coisa não tem exatamente que ver com outra, não está, portanto, dependente, insistimos, da não aceitação desta delegação de competências neste setor.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Agora para usar da palavra, pelo Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Boa noite, Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Meus Senhores, Minhas Senhoras, Comunicação Social e quem nos vê e ouve via *web*.-----

-----Muito telegraficamente até porque já muito se disse sobre isto em reuniões anteriores e por isso não há muito a acrescentar ou há pouco a acrescentar, melhor dizendo.-----

-----Em primeiro lugar, dizer que nós vamos votar favoravelmente pela não aceitação todas estas propostas, todos estes decretos correspondentes àquilo que está aqui em discussão.-----

-----E dizer que na verdade este é um processo que brilha pelo fracasso, ou seja, até hoje aquilo que é a repercussão no terreno de pretensão desta dita descentralização é praticamente nula. Veja-se que até as Câmaras do Partido Socialista, mesmo arranjando uma retórica um bocado diferente dizendo que não estão a rejeitar mas estão a adiar, portanto, seja de que maneira for, na grande maioria dos casos ninguém está a aceitar esta transferência de competências porque ela não é para levar a sério, não é para levar a sério de maneira alguma. Aqui uma espécie de preparação para depois se impor em dois mil e vinte e um caso assim o Governo da altura o defenda ou o possa defender.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O que é que daqui se deduz?-----

-----É que na verdade as autarquias não têm conhecimento técnico, não têm recursos humanos, não têm escala para assumir esta transferência de competências. Portanto, o que daqui resultará quando isto porventura for aceite pelos diferentes municípios é uma externalização de serviços. E já há várias empresas a criarem condições logísticas para externalizar, para tomar conta de muitos destes serviços. É uma forma encapotada até de privatizar um conjunto de serviços quando os municípios não têm competência a nível estrutural para os executar. E depois não é nada acompanhado. E recorde aqui palavras tanto do ministro da tutela quanto secretário de Estado que dizem que “envelope financeiro só para o caso da educação e da saúde”. Isto foi dito pelo secretário de Estado. Ou seja, que verbas é que existem para acompanhar esta transferência de competências? O que é que está estipulado para que assim aconteça? Quanto se sabe ao momento, nada. Portanto, isto trata-se pura e simplesmente de uma municipalização executiva, já agora dizer, com o conluio do PSD, porque assim foi feita aquando da sua origem, depois há um certo desviar do PSD, uma das tais diria que derivas do Partido Socialista, derivas direitistas que agora cada vez surgem com mais frequência com o terminar deste mandato, e que conluio foi criado com o PSD, portanto, não podem ficar de fora desta situação.-----

-----Dizer, por fim, que já agora é um direito consagrado na constituição, é normalmente defendido por todos os partidos, é inclusive forma de apregoar até sob um ponto de vista político para se colocar na agenda nacional a regionalização. Vamos ver quem são os partidos que põem este tema nos próximos programas eleitorais e de uma forma efetiva na realidade e na verdade se criar finalmente aquilo que é a regionalização prometida há tanto tempo.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou este primeiro período de inscrições, passaríamos ao segundo período de inscrições relativamente a estes temas.-----

-----Inscrições, por favor!-----

-----Não há nenhuma inscrições?-----

-----Passaríamos então à votação!-----

-----Senhores deputados, eu pedia a vossa atenção porque vai ser uma votação um pouco demorada pela quantidade de pontos que vão ser sujeitos a votação.-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e dezanove.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de trinta de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em dois mil e dezanove.-----

-----Senhores deputados, quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número setenta e dois/dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em dois mil e dezanove.-----

-----Senhores deputados, quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número noventa e sete/dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro (Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número noventa e oito/dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro (Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cem/dois mil e dezoito, de vinte e oito de novembro (Vias de Comunicação), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e um/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Justiça), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e três/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários), em dois mil e vinte.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e quatro/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadãos; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Dezoito do PSD)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Esta proposta foi assim aprovada por maioria com zero abstenções e dezoito votos contra.-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e cinco/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Habitação), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e seis/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Gestão do património imobiliário público sem utilização), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cento e sete/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro (Estacionamento Público), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e dois/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Cultura), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto dezassete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e três/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Saúde), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto dezoito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número cinquenta e oito/dois mil e dezanove, de trinta de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado, também, por unanimidade.-----

-----Ponto dezanove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei número setenta e dois/dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em dois mil e vinte.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Depois desta longa votação, senhores deputados, vamos passar agora ao ponto dezanove-A que foi introduzido nesta agenda.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da Segunda Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Passamos então à votação!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Três do CDS-PP)-----

-----Logo esta proposta foi aprovado por maioria com zero votos contra e três abstenções.-----

-----Declarações de voto, não há?-----

-----Passamos à proposta dezanove-B.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Tem a palavra a senhora deputada Susana Araújo, do PSD. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO PSD – Susana Araújo – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara em Exercício de Funções, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Caríssimo Público, Comunicação Social aqui presente e Cidadãos que nos ouvem via *web*, muito boa noite.-----

-----O Grupo Municipal do PSD obviamente que vê com bons olhos que finalmente se dê a aprovação daquele que já há muito deveria ser um instrumento ao serviço dos cidadãos: o orçamento participativo.-----

-----Estamos há dez anos à espera desta concretização que, como tantas outras, faz parte da teia de promessas que o executivo socialista andou a tecer.-

-----Lamentamos também que mesmo assim se tenha tentado protelar esta aprovação através da comissão sugerida pelo Partido Socialista.-----

-----É um hábito muito português criarmos coisas só porque sim e depois não lhe darmos o devido uso e na política mais ainda. Há todo um *show off* que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resulta claramente numa falta de comprometimento depois.-----

-----Tanto é que dessa comissão não resultou qualquer trabalho palpável e inclusive nem contou com a presença do Bloco de Esquerda e da CDU, o que por si só revela a utilidade desta comissão.-----

-----Mas, a propósito de utilidade, e já que tanto se proclama a necessidade, e bem, dos munícipes terem uma voz ativa na discussão política, onde está o Conselho Municipal da Juventude? Quanto tempo vão também demorar a reconhecer a sua importância?-----

-----Muito obrigada.-----

-----Boa noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem agora a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia.-----

-----Ora não é novidade que o Partido Comunista tem algumas reservas quanto às virtudes do orçamento participativo.-----

-----O orçamento participativo tende a elitizar a participação popular que tem pouco hábito de envolvimento na vida coletiva quer por poucos conhecimentos sobre as matérias, quer por ano após ano a sua opinião pouco ou nada contar.--

-----Por isso, o PCP não considera o orçamento participativo um instrumento de aprofundamento da participação dos cidadãos nas decisões políticas, pois tende a atrair a participação das camadas mais favorecidas com mais e melhor acesso à informação e mais disponíveis para participar.-----

-----Os cidadãos participam se confiarem que a sua manifestação de vontade conta para a resolução dos problemas.-----

-----Exemplo desse desinteresse que leva ao desconhecimento é a ausência



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de participação popular nas consultas públicas, por vezes, em matérias de grande importância para a vida coletiva.-----

-----Há, também, o risco de desresponsabilização do poder político que transfere a responsabilidade para uma diminuta participação facilmente manipulável. Os investimentos realizados, mesmo se tratando de uma pequena fatia do orçamento municipal, se não corresponder a um verdadeiro interesse coletivo nunca será responsabilidade do poder político mas sim de uma população que assim o desejou.-----

-----Não temos, por isso, grandes ilusões com o orçamento participativo.-----

-----O PCP quer que Barcelos seja um concelho participado, democrático, em que os cidadãos são chamados a participar nas decisões que lhes dizem respeito.-----

-----Mas isso não se consegue com a participação anual por meios ineficazes de verdadeira auscultação popular, não se consegue chamando os cidadãos a decidir sobre o destino a dar a uma finíssima fatia do orçamento municipal.-----

-----Consideramos que o orçamento participativo constitui uma pálida imagem da participação popular.-----

-----Necessário é haver verdadeiros processos de auscultação e participação do conjunto da população relativamente a todo o orçamento municipal e não apenas a essa finíssima fatia.-----

-----Os cidadãos deveriam ser incentivados a pronunciar-se relativamente a todas as áreas da vida do concelho que lhes dizem respeito e que afetam o seu dia-a-dia.-----

-----Isso exige uma participação muito mais ampla, muito mais alargada e muito mais efetiva do que temos tido em Barcelos. O município deveria fomentar por vários mecanismos de participação, envolvendo a população, associações, instituições e Juntas de Freguesia na definição do orçamento



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal.-----

-----E que as manifestações de vontade popular sejam atendidas pelo executivo em funções. Haja um esforço político nesse sentido.-----

-----Mas o executivo, além de não fomentar a participação popular, ignora as mais diversas reivindicações das populações e são muitos os exemplos não atendidos: a requalificação da estrada quinhentos e cinco que tem movimentos cívicos e até tem uma petição pública; a eliminação de passagens de nível que várias vezes tem vindo aqui por cidadãos nesta Assembleia mostrar a perigosidade que existe para as populações as passagens de nível, ainda recentemente tivemos esse exemplo; a reivindicação de anos e anos da frente ribeirinha; o fim da concessão da água, que foi isso que ditou os barcelenses negarem-se a ficar ligados às Águas de Barcelos, que era não querer a concessão da água. Portanto, não precisamos destes pequenos mecanismos de votos eletrónicos para saber o que a população quer. Basta estarmos atentos e estarmos disponíveis para os ouvir e aí sim cumprir aquilo que são as manifestações da vontade popular. Tudo isto tem sido ignorado, criando um sentimento de afastamento da população que deixa de contar. A população hoje cada vez afasta-se mais da política porque entende que a sua voz, a sua vontade não conta para o poder político. E isto é que tem que ser alterado.-----

-----Quanto ao projeto de regulamento apresentado, que pretende definir as regras do orçamento participativo, abre espaço a muitas indefinições.-----

-----No artigo quinto, número um, define-se que o orçamento participativo abrange todas as áreas de competência da Câmara Municipal, para de seguida, no número dois, dizer que se pode fixar áreas temáticas todos os anos. Isto é, o orçamento participativo, para além de balizar a participação popular sobre uma ínfima parcela orçamental, será ainda orientado pelo município para áreas que julgue mais conveniente. Reduz ainda mais a verdadeira participação popular.---



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----As normas do orçamento participativo não está definido o prazo da sua publicação anual, essa indefinição poderá conduzir a constrangimentos da execução do orçamento participativo.-----

-----O modo de apresentação de propostas definido no artigo nono prevê duas formas: via eletrónica e presencial nas assembleias participativas.-----

-----Por isso, a via eletrónica, que é a forma privilegiada pelo regulamento, afasta um grande leque da população, principalmente de uma certa faixa etária e é um claro elemento que contribui para a elitização do orçamento.-----

-----Nas assembleias participativas, para além da indefinição em torno destas assembleias, pois não se sabe quantas se realizarão, nem onde se realizarão, deveriam ser um espaço exclusivamente de esclarecimento e não de apresentação de propostas.-----

-----A Câmara deveria criar um gabinete de apoio ao orçamento participativo, com extensão nas Juntas de Freguesia, onde o proponente pudesse apresentar as suas propostas.-----

-----As assembleias participativas reguladas no artigo décimo é talvez o aspeto mais interessante do regulamento, mas que no entender do PCP perde eficácia pela grande indefinição em torno da sua realização. Não se sabe quantas se realizarão, se serão descentralizadas pois o município diz que pode realizar em vários locais. Entendemos que estas assembleias participativas deveriam ser o mais alargadas possível para fomentar uma ampla participação e deveriam iniciar antes do período de apresentação de propostas e não no *“decurso desse período”*, conforme está definido, pois para esse período deverá ser guardado para o esclarecimento e preparação da apresentação e votação das propostas.-----

-----Termino com a preocupação em torno da votação pública, não está definido quem pode votar, está definido que um cidadão com dezasseis anos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pode propor, não está definido quem pode votar, ignora-se de todo a definição da idade, como disse, e há sérias dúvidas quanto à fiscalização da votação. Para garantir uma votação séria e justa que vá de encontro de facto à vontade popular é importante definir os elementos necessários para a votação.-----

-----Muito obrigado pela vossa atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Agora, pelo BTF, a senhora deputada Sara Magalhães. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite.-----

-----Cumprimento toda a Mesa desta Assembleia, na pessoa do seu Presidente.-----

-----Cumprimento todo o Executivo, na pessoa da Senhora Presidente em Exercício de Funções.-----

-----Cumprimento todos os Deputados e todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.-----

-----Queridíssimo Público, Caríssima Comunicação Social.-----

-----Na última sessão desta Assembleia o BTF alertou para a leviandade da proposta apresentada pelo Partido Socialista, proposta essa alicerçada na constituição de um Grupo de Trabalho para elaborar um Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo.-----

-----Começámos por deixar claro (como o queremos hoje) que defendemos que os nossos munícipes participem ativamente na política do seu e nosso concelho. Que a democracia é de e feita por todos. Que o orçamento participativo é um processo democrático deliberativo, direto e universal. Onde a decisão da aplicação financeira passa por eleitores e não por eleitos, por cidadãos e “não por políticos”.-----

-----Mas não pode servir de manobra de propaganda política.-----

-----Alertamos, ainda, para a separação de poderes. Defendíamos (como o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defendemos hoje) que este grupo de trabalho poderia levantar certas questões quanto a tão importante princípio de abril.-----

-----Ora, a posição que norteou o proponente desta moção (Partido Socialista) sempre se pautou pela elevadíssima qualidade do projeto de regulamento apresentado pelo executivo, que se encontrava em discussão pública.-----

-----Digo, ainda, que se esperava que o proponente desta proposta expusesse, no referido grupo de trabalho, inúmeras sugestões para “melhorar” o projeto apresentado pelo executivo.-----

-----Não nos pareceu clara a posição do Partido Socialista, neste grupo, ao alhear-se de importantes contributos, simplesmente porque foi o seu partido a elaborar o projeto de regulamento. Mas não foi o seu partido, meus caros, foi o executivo!-----

-----Assim, não conseguimos compreender a tamanha excitação do Partido Socialista para a constituição deste grupo quando na sua execução não apresenta qualquer alternativa, qualquer proposta, qualquer sugestão...-----

-----A política não deve ser de faz de conta.-----

-----Esta Assembleia foi soberana ao deliberar favoravelmente pela constituição desta comissão e, por isso, foi soberana ao decidir a integração de um representante de todos os grupos municipais, incluindo o nosso.-----

-----Aquando da constituição da comissão encontrava-se já, o projeto, em discussão pública e, portanto, em relação a este nada nos alarmava ou colocava qualquer dúvida.-----

-----Mas disponibilizamo-nos a debater as expectáveis sugestões de possíveis alterações às normas do projeto, que no mínimo o proponente apresentaria. O que não aconteceu.-----

-----Assim, é inevitável concluir que a moção apresentada pelo Partido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Socialista, na última sessão, se alicerçou na visibilidade pessoal que, eventualmente, o tema poderia garantir. Uma propaganda que se traduziu num real fracasso, sem propostas, sem qualquer sugestão a apresentar ao executivo. Lamentamos, ainda, que apenas tenha servido para produzir despesa do orçamento municipal e desperdiçar o tempo daqueles que não vivem da política.-----

-----A criação deste grupo de trabalho foi inócua e destaca-se a ausência dos seus contributos. O regulamento original submetido para discussão pública é rigorosamente igual à redação final.-----

-----Assim, votamos favoravelmente o presente regulamento como o faríamos no momento da constituição desta comissão.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Mais uma vez, muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente e, na sua pessoa, cumprimento a Mesa.-----

-----Na pessoa da Senhora Presidente da Câmara cumprimento a Vereação.---

-----Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----

-----Nós somos defensores desde sempre do orçamento participativo. Aliás, é uma das nossas bandeiras, apresentada sempre no nosso programa eleitoral. Portanto, o orçamento participativo é algo que já deveria estar implementado há muito tempo no nosso concelho, como já está em muitos outros, sendo que nuns funciona melhor, noutros funciona pior, há diferentes modelos.-----

-----Eu começava por ler o artigo terceiro, precisamente sobre os objetivos, quando diz que *“O orçamento participativo visa incentivar o diálogo entre eleitos e eleitores, contribuir para a educação cívica, adequar as políticas*



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

públicas municipais às necessidades e expetativas dos cidadãos...”, ou seja, os objetivos são exatamente trazer os cidadãos à política, às opções, a terem meios e mecanismos e instrumentos que os possa fazer participar.-----

-----Ora, o regulamento obviamente que por si limita-se a isso, a regulamentar, a exigência da participação não está propriamente no regulamento. Agora, a forma como o regulamento está feito é que pode condicionar essa participação.-----

-----E a nossa objeção em relação a este regulamento é logo pelo modelo, há vários modelos e achamos que este não é o modelo mais adequado, é uma opção. Mas é também por um facto muito importante, é que tudo esteja sob a alçada da Câmara Municipal. Pode ser perverso, pode ser tendencioso. Nós não estamos a fazer um regulamento para este executivo camarário, nós estamos a fazer um regulamento para o concelho de Barcelos. Em qualquer uma das situações quando se permite e quando se deixa que fique tudo sob a alçada da Câmara Municipal é evidente que isso pode ser facilmente perverso e pervertido enquanto objetivos. Portanto, o que nós defendemos e defendíamos é que deva haver uma comissão criada nomeadamente por diferentes partes, inclusive por representantes da Assembleia Municipal tal qual foi constituída para discutir o próprio regulamento, que no fundo tenha este acompanhamento.-----

-----Por exemplo, tem aqui uma iniciativa que me apraz registar com muito agrado, que são as assembleias participativas, que são importantes em se criar esta dinâmica ao nível das freguesias. Mas quem é que as vai determinar? Quem é que as vai fazer, quando e onde? Isto deve ser objeto de alguma discussão porque senão facilmente pode ser conduzida para um interesse que esteja *a priori* estabelecido. Portanto, esta é uma das nossas grandes discordâncias com este regulamento e com este projeto.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Já agora esclarecer a senhora deputada do PSD que nós estivemos presentes na reunião. Numa das reuniões é que não estivemos presentes, precisamente nesta última, não estivemos presentes por impossibilidade. Mas tivemos o cuidado de enviar um conjunto de propostas sugestivas em termos de alteração que por acaso não foram atendidas, mas tudo bem, não tinham que ser, até porque já não foram entregues exatamente no dia seguinte. Portanto, perfeitamente de acordo, não estavam no prazo estabelecido. Mas estivemos presentes e fizemos acompanhamento. E o orçamento participativo é para nós um facto muito importante. E saudamos o facto de se implementar. Agora temos é discordâncias com o modelo que está aqui proposto e, por isso, vamos optar pela abstenção em relação a este projeto de regulamento.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar esta fase de inscrições, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Mota. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu começava por analisar a intervenção da senhora deputada do PSD. A senhora deputada não esteve na comissão, de facto. Por isso mesmo é que não percebeu o que é que lá aconteceu. A comissão teve exatamente o objetivo contrário ao que disse – e, repare, aconteceu entre a última Assembleia Municipal e esta –, foi exatamente reduzir ao mínimo o tempo para a concretização do projeto.-----

-----Segunda nota – Também é falso que o orçamento participativo não esteja implementado no concelho de Barcelos. Já foi implementado em dois mil e dezassete, especificamente para a área da educação, e envolveu mais de oito mil alunos. Foi só setorial, foi para a educação, mas já está implementado. E não



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram dez anos já agora, seriam oito em relação ao Partido Socialista, mas tem que se lembrar, eu sei que é bastante nova, que o PSD esteve trinta e três anos no poder em Barcelos e não fez absolutamente nada.-----

-----Em relação ao PCP. Eu admito que tenho aqui uma certa dificuldade nesta matéria porque, senhor deputado, nós tivemos duas reuniões da comissão, e não tivemos três ou quatro porque não houve propostas, as propostas que foram apresentadas foram apresentadas justamente pelo CDS, que na primeira comissão apresentou um conjunto de propostas, analisámos em conjunto, o que foi dito foi que o conjunto das propostas apresentadas pelo CDS tinham cabimento nas normas, é matéria que será alterada anualmente, e foi aceite por todos, inclusive pelo senhor deputado Firmino Silva que disse: *“Compreendendo que essa matéria é matéria de normas nós retiramos as propostas que são apresentadas”*.-----

-----Portanto, fazia sentido a criação do grupo, o objetivo foi mesmo que fossem apresentadas propostas alternativas. Bem, naturalmente que não propostas alternativas do Partido Socialista. Este regulamento é naturalmente do Partido Socialista, senhora deputada. Aliás, eu acho inqualificável a sua intervenção. Repare, se há coisa que nos faz estar aqui todos é o gosto pela política, é a responsabilidade política, independentemente de circunstancialmente estarmos ou não a sermos remunerados politicamente. Olhe, falo no meu caso. Entre mil, novecentos e noventa e sete e dois mil e nove fui deputado desta Assembleia Municipal e nunca fui remunerado e nem por isso as intervenções ou a dedicação à vida política foi menos relevante. Agora o que eu acho que não é muito correto da sua parte é chegar ao grupo de trabalho, não apresentar nenhuma proposta alternativa e achar que devia ser o Partido Socialista, que apresentou o próprio regulamento, que devia apresentar alternativas.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em relação ao Bloco de Esquerda. O senhor deputado José Maria Cardoso foi muito objetivo reconhecendo de facto que as propostas que foram apresentadas foram depois do prazo e naturalmente na organização de uma comissão, havendo prazos específicos para a discussão da mesma, faria sentido que fosse apresentada dentro do prazo e o prazo que foi dado até foi para além daquele primeiro prazo que nós tínhamos estabelecido. Mas o conjunto das propostas que apresenta e o grande perigo que o senhor deputado apresenta, desculpe não concordar consigo, mas permita-me que acho que não há condições para que um orçamento participativo, até do ponto de vista legal, nós analisámos as propostas *a posteriori*, naturalmente não em discussão do grupo de trabalho, mas para esta Assembleia, e algumas das propostas que apresenta, repare, isto é matéria executiva, a organização do orçamento participativo terá que ser feita entre a parte política da Câmara Municipal e os serviços técnicos da Câmara Municipal.-----

-----Sem margem para dúvida que este é um instrumento extraordinário de aproximação entre eleitos e eleitores e a forma de o fazermos é também mostrarmos aos eleitores que há muitas das matérias que parecem ser possíveis e simples de concretizar, mas depois quando se analisa a sua organização técnica, até a amplitude financeira que cada uma das propostas se apresenta, são inviáveis. Isto só é possível naturalmente com o acompanhamento político mas eminentemente o acompanhamento dos serviços técnicos da Câmara Municipal. Nesse sentido era muito difícil integrar um modelo de representação ou de organização que envolvesse membros da Assembleia Municipal, como sabem têm uma responsabilidade de acompanhamento e de fiscalização da atividade municipal e não uma responsabilidade executiva. Portanto, nessa perspetiva não nos parece que faça nenhum sentido as propostas que apresentam, mas também achamos que as normas que serão apresentadas



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naturalmente nas próximas semanas no executivo municipal terão em linha de conta aquilo que nos parece ser a questão central dos orçamentos participativos, que é dar condições, e esta nota é também para o Partido Comunista Português, de que o orçamento participativo é o maior instrumento que nós temos para que todos os cidadãos possam participar não apenas nos períodos entre eleições, possam participar em permanência. Por isso teremos o maior número de assembleias participativas e teremos também o cuidado de reconhecer que nem todos os cidadãos têm acesso às novas tecnologias. Daí a nossa vontade de que haja o maior número de iniciativas descentralizadas que possam aproveitar também a proximidade em relação às pessoas para que elas possam participar no conjunto das questões que elas acham prioritárias para a governação.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminada esta primeira fase de inscrições, ia perguntar aos senhores deputados se há alguma inscrição para a segunda fase de intervenções de três minutos.-----

-----Faz favor, senhora deputada Sara Magalhães.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Renovo os meus cumprimentos na pessoa do Senhor Presidente desta Assembleia.-----

-----Esta segunda intervenção é uma réplica à intervenção do senhor deputado Manuel Mota. E a sua intervenção faz-me refletir no porquê de subir a este púlpito. A verdade é que talvez pela minha falta de experiência política, talvez pela minha juvenilidade, acredito que haja um propósito na política e que cada intervenção, cada medida, cada proposta, não é, e perdoem-me a expressão, “para inglês ver”, ou melhor, para barcelense ver.-----

-----A verdade é que se estivéssemos numa sala de aula certamente o senhor



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado Manuel Mota, pela sua experiência, seria o professor e eu seria a aluna. E a lição que o senhor deputado me queria dar é completamente contrária àquilo que me leva a subir a este púlpito.-----

-----E portanto, senhor deputado, rogo-lhe que não transmita isso à minha geração. Até porque creio que todos nós pretendemos que o futuro seja diferente deste presente, um presente de ausências, um presente de suspeitas... Portanto, eu desejo que o futuro tenha um propósito.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Vamos passar à votação do ponto dezanove-B!-----

-----Os senhores deputados que votam contra o Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Três: dois o BE, um do PCP)-----

-----Esta proposta foi assim aprovada por maioria com zero votos contra e três abstenções.-----

-----Passaríamos agora ao ponto vinte da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação dos documentos relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal, do exercício económico de dois mil e dezoito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado do PSD, Alexandrino Ribeiro. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Senhores Vereadores,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *web*.-----

-----Genericamente, a consolidação de contas visa apresentar a situação, económica e financeira, do Grupo Municipal, visto como um todo, eliminando os efeitos das transações intragrupo, os saldos recíprocos e as margens de lucro não realizadas entre as várias entidades que o integram.-----

-----Permitam-me que comece a minha intervenção por referir que estamos hoje a discutir e votar os documentos relativos às contas consolidadas do Grupo Municipal, mas que essa mesma documentação está incompleta. Está incompleta pois é parte integrante da prestação de contas do Grupo Municipal o relatório do auditor externo e a certificação legal de contas. Esta documentação relevante para o trabalho do analista financeiro não foi disponibilizada aos deputados municipais. Assim, estamos hoje a analisar, discutir e votar uma prestação de contas do Grupo Municipal de Barcelos sem dispor de todas as informações relevantes sobre a mesma. Lamentamos esta situação e solicitamos que não volte a ocorrer futuramente.-----

-----Na consolidação de contas do Grupo Municipal, relativa ao exercício económico de dois mil e dezoito, encontra-se refletida a situação de elevada degradação económica e financeira da EMEC. As contas do Grupo Municipal não se agravam mais com a integração da EMEC pois, feliz ou infelizmente, o peso da empresa é relativamente reduzido na estrutura de consolidação das contas. Mais uma vez, o PSD alerta para a necessidade de se tomarem medidas estratégicas urgentes em relação ao futuro da EMEC.-----

-----Na análise das contas consolidadas do Grupo Municipal, relativas a dois mil e dezoito, voltamos a salientar alguns factos, estes que derivam de certa forma das contas individuais do município, como:-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O elevado saldo de gerência que transita para o exercício económico de dois mil e dezanove, que denota, mais uma vez, alguma falta de capacidade de executar, e de investir, que tem caracterizado a gestão municipal do Partido Socialista;-----

-----O exercício económico de dois mil e dezoito foi mais um em que se adiou a resolução de *dossiers* importantes para o concelho de Barcelos;-----

-----Destaca-se ainda a maior cobrança de receitas alguma vez obtida pelo município de Barcelos, muito à custa das receitas oriundas dos impostos cobrados. Sobrecarregando assim as famílias e empresas barcelenses;-----

-----Mas também merece destaque a taxa de execução ao nível da despesa. A mais baixa dos últimos anos. Se nos centrarmos nas despesas de capital, ou seja, as relativas ao investimento, denotamos que se executou menos de metade do investimento municipal inicialmente previsto para o ano de dois mil e dezoito.---

-----Neste ponto, permitam-me que refira que, é minha forte convicção, é forte convicção do PSD, é premente alterar o paradigma em relação ao investimento municipal. Essencialmente o investimento estratégico e que funcione como alavanca para o crescimento económico e social do concelho de Barcelos.-----

-----É nossa forte convicção de que é possível conciliar mais investimento estratégico com bons resultados quer ao nível da robustez financeira, quer ao nível dos resultados líquidos. E não necessitamos de ir muito longe para encontrar exemplo de um município que conseguiu tal feito no exercício económico de dois mil e dezoito. O município de Braga duplicou o seu investimento em dois mil e dezoito e, em simultâneo, obteve um resultado líquido de seis ponto um milhões de euros, ou seja, setenta por cento acima do resultado líquido que tinha obtido em dois mil e dezassete.-----

-----Aliás, esta lacuna, do nível atualmente baixo do investimento municipal



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em Barcelos, é claramente identificada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, onde aparece agregado o montante de investimento municipal efetivamente pago por mandatos. Pelos resultados obtidos, constatamos que no último mandato do PSD o município pagou de investimento no concelho de Barcelos cerca do triplo do que foi pago em termos de investimento no segundo mandato do Partido Socialista. O triplo do investimento efetivamente pago.-----
-----Este resultado não fui eu que inventei, consta do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Publicação que ainda há algumas Assembleias Municipais atrás e ainda hoje mereceu aqui toda a credibilidade e todos os elogios da bancada do Partido Socialista. E, na minha opinião, muito bem porque é uma publicação de um reputado Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade – do IPCA – e é elaborada por prestigiados investigadores na área da gestão e das finanças públicas.-----
-----Mas ainda segundo os dados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, no mandato de dois mil e seis a dois mil e nove, último mandato da gestão municipal do PSD, o município Barcelos apresentou o maior valor pago de investimento municipal, por habitante, do Quadrilátero Urbano. Já no mandato de dois mil e catorze a dois mil e dezassete, último mandato completo até ao momento do Partido Socialista, o município de Barcelos apresentou o menor valor pago em termos de investimento municipal, por habitante, do Quadrilátero Urbano, com um nível de investimento *per capita* que é menos de metade do valor de investimento pago em Guimarães ou em Famalicão. E estamos a falar de valor efetivamente pago ao nível de investimento.-----
-----Perante tudo isto, e como o ano de dois mil e dezoito manteve a tendência de baixo Investimento, achamos que se torna bem evidente para todos que, em Barcelos, temos tido níveis baixíssimos de investimento municipal. É urgente inverter esta situação. Para bem de Barcelos, para bem da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhoria da qualidade de vida de todos os barcelenses.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar esta fase de inscrições, pelo PS, o senhor deputado Nelson Brito. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, demais Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Duas ou três breves notas sobre a intervenção aqui do Senhor Deputado Alexandrino Ribeiro, que veio aqui dizer que estes documentos estão incompletos porque falta o parecer do auditor externo. Porventura faltar-lhe-á a si, mas certamente ao líder do seu grupo municipal julgo que não falta, desde ontem, pelo menos. E diz lá na conclusão, e poderá acreditar em mim, mas depois terá a oportunidade de ler o documento, que os documentos e as contas satisfazem as disposições legais em vigor e deverão ser aprovados. Portanto, é o que diz o auditor externo no parecer distribuído pelos serviços da Assembleia Municipal aos grupos municipais hoje. Portanto, só para dizer que o parecer do auditor externo é muito claro e é favorável às contas. Sobre isso e em matéria de rigor de contas, acreditando naturalmente no auditor externo, estamos conversados e as coisas estão basicamente resolvidas.-----

-----Depois, em relação à questão do investimento e do valor pago e da falta de eficiência por causa do saldo de gerência, segundo a informação que tive hoje, foi pago ontem, ou hoje, conforme a perspectiva, a indemnização sobre a parceria público-privada. Aquela parceria que ia custar seis ou sete ou oito milhões de euros por ano durante trinta anos que o PSD se orgulhou de apresentar como o grande investimento de Barcelos e que seria de facto a ruína



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Barcelos e que foi travada felizmente a tempo pelo Partido Socialista e pelo executivo atual. Infelizmente não totalmente a tempo porque foi necessário na mesma pagar uma indemnização que neste caso ascendeu a oito vírgula seis milhões de euros e agora aí uns juros ainda adicionais a discutir. E foi esse saldo que permitiu efetuar esse pagamento. E já tinha sido aqui dito em Assembleias anteriores que aquele saldo obviamente se destinava aprovisionar o dinheiro necessário para fazer face a essa responsabilidade que, já agora, é investimento pago por este executivo, mas investimento que já devia ter sido pago há muito mais tempo atrás. Em relação ao saldo de gerência, estamos também esclarecidos, já estávamos, mas é importante sublinhar este esclarecimento.-----

-----Depois, em relação ao investimento, eu lembro-me de um investimento, por exemplo, emblemático que foi feito na governação do PSD, que foi a fonte cibernética. Acho que não digo mais nada, nem vale a pena dizer mais nada porque aquilo acho que diz tudo, investimento pago, é um orgulho vosso e que vocês devem ter como emblema ao peito do grande investimento que fizeram em Barcelos.-----

-----Eu recordo aqui que este executivo sempre teve como política fazer investimento naquilo que realmente importa, pode não ser muito visível, podem não ser obras de regime, ou de grande visibilidade e pouca utilidade, mas o protocolo dos duzentos por cento já permitiu investir dezenas de milhões de euros no concelho em obras, algumas delas, muitas delas, centenas delas, obras de pequena dimensão, mas que fazem a diferença na qualidade de vida dos cidadãos. E é isso que importa e é essa a razão que subjaz à governação municipal deste executivo. Não é propriamente as grandes primeiras páginas dos jornais, mas tem aquilo que efetivamente melhora a vida das pessoas. Eu sei que isso para vocês merece sorrisos ou até risos, mas para as pessoas que estão nas freguesias, que muitas delas tiveram durante décadas acessos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

miseráveis que agora já estão requalificados, e viram as suas freguesias efetivamente ter muito mais qualidade de vida lá do que tinham no tempo do PSD, essas pessoas sentiram na realidade que a sua vida melhorou. E por isso é que votaram no Partido Socialista nestas últimas eleições e não no PSD para vosso lamento, mas julgo que para bem delas e para bem dos barcelenses. Isto para dizer que vir aqui, pegar no Anuário dos Municípios, que merece efetivamente toda a credibilidade, nós já o viemos aqui usar várias vezes como exemplo, e acho que é muito legítimo que seja utilizado, fazer aqui contas e rácios comparativamente com outros municípios mostra às vezes que o senhor deputado parece que conhece melhor os outros municípios do que o seu próprio. E, portanto, aquilo que eu convido é que ande mais por Barcelos, ande mais pelo concelho, se calhar vai conhecê-lo melhor e vai ter uma perspetiva mais positiva do que aquela que tem. E é pena que não tenha porque é uma perspetiva muito irrealista a sua.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou esta fase de inscrições, ia perguntar aos senhores deputados: segunda fase de inscrições de três minutos, alguma inscrição?-----

-----Tem a palavra então o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Senhor deputado Nelson Brito, vejo que continua muito mais preocupado em rebater o que o PSD diz do que a defender as contas e a prestação de contas consolidadas do executivo municipal que é suportado pelo



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Partido Socialista. Seria bom, de uma vez por todas, de se preocupar, pelo menos na primeira intervenção, em defender as vossas propostas e não tanto em rebater o que o PSD e a minha pessoa em particular diz.-----

-----Relativamente ao repositório. Olhe, é um bocadinho anedótico aquela defesa que você faz, de não está no repositório mas enviámos ontem, hoje, amanhã, não sei se já enviámos... Tem que compreender que quem faz a análise financeira das contas sou eu, se mandam para o meu líder parlamentar a meia dúzia de horas da Assembleia torna-se logisticamente difícil ele fazer-me chegar esse documento. Nunca duvidei que existisse certificação legal de contas, nunca duvidei que as contas estivessem certificadas, agora quem faz a análise financeira precisa desse documento, para fazer uma análise mais profunda a determinadas rubricas das contas consolidadas.-----

-----O senhor deputado diz que o que realmente interessa para o PS é determinados tipos de investimento. Os barcelenses já perceberam que tipos de investimento é que interessa para o Partido Socialista: investimento em *marketing* político essencialmente, esse é que interessa para o Partido Socialista.-----

-----Relativamente ao protocolo duzentos por cento e dizer que o protocolo duzentos por cento financia muito investimento, também é confundir a estrada da Beira com a beira da estrada. Porque o protocolo duzentos por cento, todos sabem, são despesas correntes. Pouco sobra às Juntas de Freguesia para financiar investimento. E o que eu falei foi investimento, não despesas correntes.-----

-----Relativamente a eu conhecer os concelhos vizinhos, senhor deputado, eu estudo e estudo o meu concelho, estudo os concelhos vizinhos, estudo o meu país, estudo os países internacionais. Por isso, eu tenho base de comparação. Certo?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para intervenção final, o senhor deputado José Paulo Matias, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Já por duas vezes hoje aqui ouvi o Partido Socialista vangloriar-se de ter pago oito vírgula seis milhões de euros da PPP. O deputado Manuel Mota e o deputado Nelson já hoje vieram aqui dar isso como uma grande notícia. Eu quero-vos dizer e pedir-vos que vão ler a ata de há um ano, se não foi em junho, em setembro de há um ano, que eu aqui nesta tribuna disse que não compreendia como é que nós tínhamos dinheiro em saldo constante, nessa altura já andávamos nos saldos dos dezanove/vinte milhões de euros em caixa constantemente, e por que é não se tinha pago isso que tinha transitado em julgado já há algum tempo. Sim, senhor doutor Manuel Mota. Posso-lhe dizer, quando foi na discussão do plano de atividades e orçamento com o senhor presidente da Câmara, que lhe voltei a dizer isso e ele disse que não tinha entendido o que eu aqui tinha dito. O que eu vos quero dizer aqui hoje é o seguinte: isso será tema que eu trarei aqui quando forem definidos os juros e vou-vos dizer quanto é que custou a Barcelos os juros dessa inoperância e dessa incapacidade de regularizar e pagar a tempo!-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Senhores deputados, eu peço a vossa atenção, tiveram o tempo de antena que quiseram regimentalmente, agora é o momento da votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra esta proposta de consolidação



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de contas do exercício económico de dois mil e dezoito fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Vinte e quatro: dezoito do PSD, três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP)---

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com zero votos contra, vinte e quatro abstenções e os restantes a favor.-----

-----Passaríamos ao ponto vinte e um da ordem de trabalhos, se ninguém quiser fazer declarações de voto.-----

-----Ninguém quer?-----

-----Ponto vinte e um.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Marta Alexandra Carvalho da Silva, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Então passamos à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Proposta aprovada por unanimidade.-----

-----Passamos ao ponto vinte e dois.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento do cargo de direção intermédia a prover na autarquia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não há inscrições, passamos então à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Cinco: três do CDS-PP, dois do BE)-----

-----Esta proposta foi assim aprovada por maioria com zero votos contra, cinco abstenções e os restantes a favor.-----

-----Ponto número vinte e três.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE dois, sita em Justamonte, freguesia de Bastuço São João.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Passamos então à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Proposta vinte e quatro.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória na freguesia da Pousa.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Então passamos à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Proposta número vinte e cinco.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Barcelos, tendo em vista a sua adequação ao Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas.--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições!-----

-----Passamos à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Proposta aprovada por unanimidade.-----

-----Ponto vinte e seis.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apresentação da proposta da Câmara Municipal a comunicar a Correção Material da Alteração por Adaptação do PDM ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicada em DRE, em vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, na segunda Série, número cento e oitenta e sete.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, esta proposta não tem votação, é só de comunicação à Assembleia Municipal e apreciação.-----

-----Inscrições!-----

-----Não há inscrições para a apreciação, passamos à proposta seguinte e última, a vinte e sete.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apreciação da informação escrita do Senhor



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, senhor presidente.-

-----Cumprimento todos os presentes naturalmente para adiantar um pouco o tempo.-----

-----Na sessão passada nós colocámos um conjunto de questões que nos foi dito para as colocar por escrito que depois seria dada resposta, essa resposta chegou um bocadinho tardia, mas chegou.-----

-----Mas queria comentar aqui algumas dessas questões que nós colocámos e em conformidade com as respostas que nos foram dadas.-----

-----Começo por falar num aspeto muito importante que está na ordem do dia, que é sobre o licenciamento de prospeção da exploração de vários minérios, mas provavelmente como mais importante o lítio.-----

-----Nós colocámos esta questão à Câmara Municipal porque sabemos que em quinze de março foi publicado em Diário da República um pedido de uma empresa australiana para obter direitos de prospeção na chamada área do Cruto, que abrange freguesias do concelho de Barcelos, Braga e Vila Verde. Freguesias como Adães, Areias, Galegos São Martinho, Lama, Manhente, Martim, Pousa, Ucha, União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados, portanto, várias freguesias que são abrangidas e afetadas por isto.-----

-----O que nos foi dito é que tinha sido feito uma solicitação dirigida à Câmara no dia catorze de maio para ser apresentada uma resposta no prazo de quinze dias. Essa resposta foi dada a vinte e oito de maio e entre várias considerações que são aqui apontadas diz-se assim no final: *“Face ao exposto, este município*



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pronuncia-se desfavoravelmente dado que a realização da prospeção e futura exploração não garante o cumprimento das normas legais e o regulamento. Até aqui tudo bem.-----

-----A questão que se coloca é o seguinte:-----

-----É que esta é uma decisão da exclusiva responsabilidade do secretário de Estado da Energia. Caso o secretário de Estado da Energia, independentemente deste parecer desfavorável, seja favorável à exploração destes minérios, qual será ou qual é a resposta que a Câmara Municipal possa dar? De que forma é que está preparada para esta situação, para responder a uma necessidade e uma premência de exigência com certeza das populações porque acarreta um conjunto de problemas?-----

-----Não é que estejamos contra a exploração de minérios, ela ter-se-á que fazer naturalmente e é uma riqueza natural que em alguns casos se justifica, mas que neste caso concreto, atendendo inclusive aquilo que foi apontado para a resposta desfavorável do município, o que é que se pensa fazer caso essa resposta não seja atendida e haja mesmo um licenciamento?-----

-----Algo do género acontece em relação à linha de muito alta tensão. A Câmara diz, e o senhor presidente disse, que só teve conhecimento do licenciamento aquando da reunião a quinze de maio. Por acaso é um bocadinho estranho, não pondo dúvida disso, não pondo dúvida na palavra das pessoas, mas é um pouco estranho que a comissão estivesse um ano para tomar posse, tivesse tomado posse numa segunda-feira e na quarta-feira fosse a Lisboa para ter esta notícia. É um pouco coincidente mas, pronto, tudo bem, admitamos como tal. E na verdade até hoje ainda não se sabe qual é o traçado, por assim dizer, que está hipoteticamente estabelecido ou que possa estar estabelecido, qual é o canal de passagem desta linha de muito alta tensão. Ninguém sabe, ninguém tem conhecimento, é assim uma coisa obscura, e esta obscuridade



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

levanta pelo menos dúvidas porque sabemos inclusive que já há trabalho de terreno feito pela própria empresa interessada nesta empreitada, por assim dizer. E eu sei que foram solicitadas cópias de estudos técnicos, que até hoje ainda não foram enviadas, isto propriamente no dia dezassete de maio, há uma ação judicial de impugnação da Declaração de Impacte Ambiental apresentada pelo município no TAF de Braga, é verdade, mas o que também pergunto, e causa-nos alguma perplexidade que esta situação esteja a decorrer com uma certa normalidade, como se não fizesse parte, com um dado por assim dizer um bocadinho escondido, qual é a posição da Câmara Municipal também caso esta decisão seja de manter a linha e de a construir?-----

-----Por fim, também gostaria de saber qual é o fundo de verdade de uma notícia da Infraestruturas de Portugal, quanto se sabe, plano de intervenção que prevê a supressão de passagens de nível até dois mil e vinte e três, mais propriamente quinze passagens de nível, substituídas por desnivelamento. Há ou não fundamento nesta notícia?-----

-----Qual é a situação sobre a compra do parque de estacionamento, quando se diz pela comunicação social na ordem de um vírgula três milhões de euros? Portanto, qual é o estado da situação? É exatamente assim ou não?-----

-----E depois duas ou três questões que colocámos e que gostava de pôr à vossa consideração:-----

-----Uma delas diz respeito a um facto que para nós é no mínimo inaceitável, para não dizer pior. Prepara-se para abrir, entrar em funcionamento, um hipermercado aqui bem perto de nós, mais propriamente ali na rua Filipa Borges. É para nós muito estranho que a entrada para esse hipermercado, que em princípio será de grande afluência, a parte dos peões se faça exatamente no mesmo sítio onde se faz a entrada dos veículos. E questionámos a Câmara se fazia sentido que assim acontecesse. O que nos foi dito é um bocadinho



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interessante, para não dizer outra coisa, é que foi dada prioridade aos peões para passarem. Mal seria se não fosse dada prioridade aos peões numa passadeira! Estranho seria se fosse dada prioridade aos veículos! O problema não está nisso! O problema é uma questão de segurança! E sobre isto nada nos foi respondido.-----

-----Por exemplo, perguntámos à autarquia qual era a razão para o abate de um conjunto de árvores, carvalhos, com idade média, creio que com vinte e cinco anos, e que aparentemente sem problemas fitossanitários. O que nos foi respondido foi o seguinte: *“As árvores não tinham problemas fitossanitários, mas poderiam no decorrer do tempo vir a danificar o piso”*. E então, por antecedência, porque poderia dar depois muito trabalho de acréscimo aos trabalhos de poda, tornar-se-iam um problema grave, o melhor é abatê-las. *“Até porque as oliveiras têm um melhor enquadramento estético e estão mais associadas ao local histórico”*. Uma resposta interessantíssima para se abater árvores. Uma razão mais do que justificativa segundo aquilo que nos parece interpretar daquilo que foi a resposta que a Câmara Municipal nos deu sobre esta questão que colocámos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora, pelo PSD, o senhor deputado Alexandrino Ribeiro. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o Grupo Municipal do PSD gostaria de destacar o acordo que o município efetuou com os privados,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente à PPP.-----

-----Quando, em dois mil e nove, o Partido Socialista venceu as eleições autárquicas em Barcelos tinha toda a legitimidade política para ter renegociado ou rescindido o contrato da PPP, no imediato. Até porque sempre tinha sido contra esse mesmo contrato. Até porque tinha feito uma forte campanha política contra esse mesmo contrato.-----

-----Seria até esse o comportamento mais expectável para os barcelenses, dadas as acérrimas críticas do Partido Socialista à PPP.-----

-----Mas... foi isso que o Partido Socialista fez? Não, nada disso. Tal como em outros processos, deixaram a resolução da situação arrastar no tempo.-----

-----Em maio de dois mil e catorze, o município de Barcelos é condenado, pelo Tribunal, ao pagamento de cerca de oito ponto seis milhões de euros de indemnização às empresas privadas. Mas o executivo municipal, do Partido Socialista, entra, mais uma vez, em litigância. Começando a contar, a partir dessa data, juros, e juros de juros, sobre os oito ponto seis milhões de euros.-----

-----Em setembro de dois mil e dezasseis, faz capa de um jornal local um suposto acordo alcançado pelo senhor presidente da Câmara para o fim da PPP. Nesse acordo, a Câmara iria pagar cerca de dez milhões de euros aos empreiteiros, onde já estavam contemplados os juros de mora e o valor da indemnização. Uma notícia que tinha sido avançada, em primeira mão, pelo senhor presidente da Câmara aquando da inauguração da Casa Mortuária de Barqueiros.-----

-----Contudo, tal como muito do que anuncia o Partido Socialista, esse acordo nunca passou da teoria para a prática. Passados alguns anos, temos agora um acordo que é feito dentro dos moldes que o PSD já defendia há muito tempo: pagar, pelo menos, o valor da indemnização tão rápido quanto possível para estancar o elevado acréscimo de custos com os juros.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas este acordo peca por ser alcançado muito tardiamente e com custos muito elevados para o município de Barcelos e para os barcelenses. O que em dois mil e dezasseis iria custar cerca de dez milhões de euros, custará, em dois mil e dezanove, cerca de catorze milhões de euros. Uma melhor gestão de todo este processo levaria assim a uma poupança de, pelo menos, cerca de quatro milhões de euros.-----

-----Estamos a falar de uma verba que permitiria executar muita obra que é premente para o concelho de Barcelos, que está constantemente a ser adiada, apesar da sua enorme importância para a melhoria da qualidade de vida de todos os barcelenses.-----

-----Permitiria reparar muita da nossa rede viária, que se encontra hoje bastante degradada.-----

-----Permitiria requalificar muitas das nossas escolas, que bem o necessitam.-----

-----Permitiria valorizar e dinamizar mais o nosso Rio Cávado.-----

-----Permitiria avançar com as obras dos acessos, pedonal e carral, à Central de Camionagem.-----

-----Permitiria a construção de um Pavilhão Multiusos, que tanta falta faz para o aumento da dinâmica empresarial do concelho.-----

-----Permitiria a continuação das obras da circular urbana de Arcozelo e de Tamel São Veríssimo.-----

-----Permitiria. Permitiria se o Partido Socialista preferisse prosperar em vez de litigar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado do BTF, José Faria. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Faria – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhores Vereadores,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhoras Vereadoras, Caros Colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta,
Público em geral.-----

-----O senhor deputado José Maria Cardoso antecipou-se um bocadinho àquilo que eu vinha aqui levantar, mas eu vou colocar a questão na mesma, que é a questão da linha de muito alta tensão.-----

-----Como ele disse, e muito bem, esta comissão foi aprovada em abril de dois mil e dezoito, tomou posse em abril de dois mil e dezanove, e em Lisboa, no dia quinze, para ouvir e falar com o senhor secretário de Estado.-----

-----A reunião não foi profícua, fomos lá para ouvir um não redondo, está decidido, meus amigos, não há nada a fazer. A linha está licenciada até à fronteira espanhola e não há nada a fazer.-----

-----Então foi pedido o estudo que supostamente teria sido mandado fazer pela Direção-Geral de Geologia e Energia sobre o traçado da A/vinte e oito. Na altura, ficaram renitentes e disseram que aquilo era propriedade intelectual dos senhores que tinham feito o estudo.-----

-----Depois de muita insistência, e a minha homenagem ao senhor presidente da Assembleia que insistiu para que esse estudo nos fosse entregue, o senhor secretário de Estado levantou-se, fez telefonemas, e disse: *“Sim, senhor, pode ser entregue”*. A verdade é que tanto quanto eu sei ainda hoje não apareceu em Barcelos, ainda não se sabe o que é feito.-----

-----Para além disso, e informações que nós temos, finalmente o senhor secretário de Estado mais uma vez faltou à verdade. Eu não me admiro, não é? Ele disse que a linha estava licenciada até à fronteira de Espanha, mas tanto quanto sabemos em Ponte de Lima ainda não foi licenciada e em Moção também não. E eu coloquei estas questões ao senhor secretário de Estado e ele disse: *“Não, não, isso está tudo resolvido”*. Finalmente parece que o senhor secretário de Estado tinha uma informação errada, não sei quem lha deu, ou



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor, decidiu chutar para canto para nos calar e para virmos embora todos satisfeitos.-----

-----Aquilo que eu vinha aqui dizer era o seguinte:-----

-----Vinha solicitar à senhora presidente da Câmara em exercício, e neste caso também ao senhor presidente da Assembleia porque é o segundo presidente da comissão, se é possível dar informação do que relativamente se passa e se há uma estratégia a seguir relativamente à comissão da linha de muito alta tensão. Até porque eu achava muito bem, é o meu entendimento e se calhar o entendimento dos membros da comissão, que fosse promovida uma reunião com a comissão e com os senhores representantes da Câmara para se delinear uma estratégia e saber aquilo que se deveria fazer. Se esta habilidade do secretário de Estado em recusar a entrega do estudo não impossibilitou, se é que é assim, eu não sou jurista, eu não sei isso, se não impossibilitou os recursos aos tribunais para providência cautelar, visto que isso tem um prazo legal para ser feito. Dá-me a impressão que isso foi premeditadamente para desarmar a possibilidade do recurso aos tribunais com providências cautelares, o que é lamentável que tenha sido. Mas do poder central nós já devemos esperar tudo, mas não é por isso que nos devemos calar.-----

-----Portanto, eu fico a aguardar e agradecia que a Câmara, na pessoa da senhora presidente, neste caso, e do senhor presidente da Assembleia pudessem articular para convocar uma reunião da dita comissão, para debatermos e estarmos ao corrente do que se passa.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Eu iria dar a palavra, terminadas as intervenções, à senhora presidente da Câmara em exercício para responder às questões levantadas pelos senhores deputados.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faz favor, senhora presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO – Armandina Saleiro – Um cumprimento muito especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos restantes Elementos da Mesa, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados, aos Senhores e às Senhoras aqui presentes e aos Caros Barcelenses.-----

-----Relativamente às questões levantadas aqui pelo senhor deputado José Maria Cardoso, e no que concerne à prospeção e pesquisa dos depósitos de minerais aqui no nosso concelho, como disse, e muito bem, o município deu um parecer desfavorável. Caso esta situação não seja considerada e avance terá que ser trazida a esta Assembleia e a reunião de Câmara uma nova posição sobre este assunto. Porque, como dizia o nosso parecer, poderá ter impactos importantes quer em termos ambientais, quer em termos de património e, portanto, terá que ser um assunto aqui harmonizado entre as várias forças aqui presentes.-----

-----No que concerne à linha de muito alta tensão, como sabe, em substituição do senhor presidente da Câmara encontra-se, conforme está estabelecido na comissão, o senhor presidente da Assembleia que, segundo eu sei, na última reunião de articulação com os representantes partidários deu o ponto da situação sobre este assunto.-----

-----Relativamente à questão da Infraestruturas de Portugal para o plano de intervenção da supressão das passagens de nível, há uma equipa conjunta da autarquia (Câmara e Juntas de Freguesia) e da Infraestruturas de Portugal para estudar este assunto. Como sabem, a IP quer imputar uma verba ao município com a qual o município não concorda no que concerne aqui à intervenção nestas passagens, mas acredito que se chegará aqui a um ponto de entendimento para resolver estas questões, que muitas vezes é uma questão



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também de segurança.-----

-----Depois, relativamente à entrada do supermercado, já foi respondido por escrito.-----

-----Os carvalhos, eu penso que se está a referir aqui na zona Dom António Barroso? Pronto, também já foi um assunto mais do que debatido e esclarecido, além de não terem doenças estavam a interferir e era visível com o monumento e todo aquele conjunto arquitetónico que ali está. Portanto, estava a elevar a deslocação dos muros e das pedras e daí a intervenção para que o monumento e aquela zona não ficassem danificados, foram substituídos. Na altura, o senhor presidente da Câmara deu a explicação.-----

-----Depois, se me permite, e passando agora para o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, a questão da PPP, a resposta será dada por escrito, mas eu gostava aqui de lembrar que a PPP foi no fundo negociada com o vosso partido em dois mil e nove, previa um investimento ao longo de vinte e oito anos de cerca de quase duzentos milhões. Portanto, duzentos milhões, o impacto que teria no nosso município, passando para oito milhões e meio há aqui uma diferença grande. Mas será depois respondido por escrito.-----

-----Senhor deputado José Faria, a linha de muito alta tensão. Como disse, o doutor Barra, na ausência do senhor presidente, é o presidente desta comissão. Com certeza que o município, e de acordo com o senhor presidente da comissão, marcará então uma reunião para se estabelecer aqui uma estratégia. No entanto, o assunto não está parado, tem sido trabalhado com os advogados do município. Também podemos depois responder por escrito.-----

-----Assim sendo, parece-me que não há mais nenhuma questão.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora presidente.-----

-----Telegraficamente, relativamente à questão da comissão da linha de muito alta tensão, e conforme o resumo da situação que eu fiz na última



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião com os líderes do grupos municipais, na ausência do senhor presidente, imediatamente a minha preocupação foi no sentido de saber se havia resposta às solicitações por escrito da documentação que nos foi prometida na reunião em Lisboa. Face à informação de que essa documentação não tinha chegado, eu solicitei imediatamente, através de uma segunda via, e na qualidade de presidente da comissão em exercício naquele momento, o envio urgente da documentação, o que não aconteceu ainda até hoje. E em coordenação com a senhora presidente, fizemos os contactos necessários com o advogado que está mandatado para representar a Câmara Municipal, a quem foram dadas instruções no sentido de no processo pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal fazer um requerimento em que solicitasse ao juiz que comunicasse às respetivas entidades o favor e dever, em colaboração com o Tribunal, de enviarem a documentação que tardam a enviar à Câmara Municipal e à comissão.-----

-----Como disse a senhora presidente, logo que essa documentação chegue, ou decorrido um prazo razoável sem que efetivamente isso aconteça, serão com toda a certeza chamados os elementos da comissão para fazer a análise da situação e decidir a fase seguinte da intervenção, para além daquilo que é neste momento a disputa judicial sobre a questão em causa.-----

-----Eu penso que esta é a informação essencial, mas o assunto tem estado a ser encaminhado e não está parado.-----

-----Senhores deputados, chegamos ao fim desta sessão e antes de terminarmos, e como tem sido habitual, porque um conjunto das deliberações aqui tomadas tem que se dar imediata execução e em algumas delas até comunicação a entidades, eu iria propor, nos termos do artigo cinquenta e sete, números dois e três, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, que a ata fosse aprovada por minuta, ou seja, com o teor das propostas, o sentido da votação e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o resultado da votação, com base naquilo que efetivamente é o resultado da discussão neste plenário.-----

-----Portanto, iria propor à votação esta minha proposta!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----A mesa agradece, mais uma vez, a confiança e desejo a todos uma muito boa noite, um bom regresso a casa, está encerrada a sessão.-----

-----A sessão terminou às zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezanove.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Horácio Barra)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)



ÍNDICE

Ata nº 5 de 27 de junho de 2019

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
08	Inclusão de 2 pontos na ordem do dia (19-a e 19-b)
09	Período de antes da ordem do dia
37	Período da ordem do dia
37	Aprovação das atas das sessões de 12 e 27 de abril de 2019 (1º Ponto)
39	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação), em 2019 (2º Ponto)
39	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em 2019 (3º Ponto)
39	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária), em 2019 (4º Ponto)
39	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro (Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado), em 2020 (5º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro (Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo), em 2020 (6º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro (Vias de Comunicação), em 2020 (7º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro (Justiça), em 2020 (8º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro (Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários), em 2020 (9º Ponto)



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro (Instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadãos; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes), em 2020 (10º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro (Habitação), em 2020 (11º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro (Gestão do património imobiliário público sem utilização), em 2020 (12º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro (Estacionamento Público), em 2020 (13º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos), em 2020 (14º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação), em 2020 (15º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Cultura), em 2020 (16º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde), em 2020 (17º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril (Serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores), em 2020 (18º Ponto)
42	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência da competência prevista no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio (Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária), em 2020 (19º Ponto)
58	Discussão e votação da 2ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de 2019 (19º-a Ponto)
59	Discussão e votação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Barcelos (19º-b Ponto)
72	Discussão e votação dos documentos relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal, do exercício económico de 2018 (20º Ponto)
81	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Marta Alexandra Carvalho da Silva, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos (21º Ponto)
81	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento do cargo de direção intermédia a prover na autarquia (22º Ponto)
82	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE2, sita em Justamonte, freguesia de Bastuço S. João (23º Ponto)
82	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória na freguesia da Pousa (24º Ponto)



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

83	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Barcelos, tendo em vista a sua adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (25º Ponto)
83	Apresentação da proposta da Câmara Municipal a comunicar a Correção Material da Alteração por Adaptação do PDM ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicada em DRE, em 27 de setembro de 2018, na 2ª Série, N.º 187 (26º Ponto)
83	Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (27º Ponto)
94	Aprovação da ata em minuta